

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovídio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovídio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Qui-
else Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 135.^a Sessão Extraordinária Realizada em 14 de Agosto de 1973 — (3.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Antônio Lopes Júnior, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Iris Caldart e Hélio Manfrinato (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 152-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 162-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 154-73.

Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 136.^a Sessão Ordinária Realizada em 14 de Agosto de 1973 — (3.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Alvaro Dias e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Antônio Lopes Júnior, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Iris Caldart e Hélio Manfrinato (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 746-73, do Senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando a esta Casa, Processo protocolado sob o n.º 2887-73, sobre o Balanço e as Contas do exercício econômico e financeiro de 1972, atendendo imperativo constitucional. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 28-73, do Senhor Ivaldino Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Renascença, encaminhando cópia de discurso proferido pelo Vereador Evilásio Fussiger, na Sessão de 30 de junho do ano em curso, no qual homenageia o Pai da Aviação Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 408-73, do Senhor Dr. Arthur Miranda Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, comunicando a aprovação de requerimento formulado pelo Vereador Antonio Camilo, consubstanciado em congratulações face a aprovação da nova Lei Orgânica. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 39-73, do Senhor Severino Sartori, Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, comunicando a aprovação por unanimidade de

requerimento de Moção a esta Casa, no sentido de que requeresse apreciação urgente do Estatuto do Magistério Estadual. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 68-73, do Senhor Joaquim Celestino Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo, comunicando que aquela Câmara realizou no dia 20 do mês próximo passado, uma Sessão Solene, comemorando o transcurso do ano do 1.º Centenário do nascimento do grande inventor e cientista Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 538-73, do Senhor Ferdinando Felice Pagot, Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu, acusando o recebimento do ofício expedido por esta Casa e comunicando que será dado à praça que está sendo construída naquela cidade, o nome do ilustre brasileiro Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 75-73, do Senhor Alceu Antonio Swaroski, Prefeito Municipal de Rio Negro, acusando o recebimento de ofício expedido por esta Casa, bem como, comunicando que foram tomadas as devidas providências, a fim de homenagear o Pai da Aviação Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Da Senhora Ines C. Frejuello, Presidente da Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina, comunicando haver sido empossada a nova Diretoria daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 443-73, do Senhor Bel. Alcides Fernandes Luiz, Prefeito Municipal de União da Vitória, acusando o recebimento do ofício expedido por este Poder e em resposta a sugestão apresentada, comunica que já existe naquela cidade uma das ruas com o nome de Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 280-73, do Senhor Pedro Kassab, Presidente da Associação Médica Brasileira, agradecendo o convite para a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Dr. Felix do Rego Barros. — Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.ºs 182, 183, 194 e 185-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

38-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 23-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do Registro de Estabelecimento de Hospedagem, no órgão competente da Polícia Civil do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.414. — Agradeça-se.

204-72: do Senhor Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública, o "5.º Capítulo da Academia Americana de Pediatria", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.415. — Agradeça-se.

57-73: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 34-73, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões quinhentos e dezesseis mil e dois cruzeiros), destinado a despesas com a fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.413. — Agradeça-se.

165-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 42-72, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar à União Federal, imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de (1.264.329,00m²) um milhão duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove metros quadrados, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.414. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181 e 186-73, do Senhor Governador do Estado comunicando haver Vetado Integralmente os projetos de lei n.ºs:

285-70: Do Senhor Ex-Deputado Olivio Gabardo, que visa criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, na Vila Planta Capão Razo, nesta Capital. — A C.C.J.

252-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar um Ginásio Estadual de Santo Antonio do Caiuá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

199-71 Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên. — A C.C.J.

10-72: Do Senhor Deputado Domício Scaramella, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Pinhão, passando pela localidade de Crisciúma. — A C.C.J.

289-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar uma Escola Normal em Guairacá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

237-71: Do Senhor Deputado Basilio Zanusso, que visa criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

11-73: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que visa celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio São Jerônimo, no Município de Assaí, com o vão de 54 metros. — A C.C.J.

282-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar uma Escola Comercial em São João do Caiuá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

167-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa criar um Ginásio no Jardim Alvorada, em Maringá. — A C.C.J.

19-73: Do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública, a Cheche Nossa Senhora de Fátima, com sede na cidade de Londrina. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFICIO:

Ofício 301-73
Gab. Governador

Curitiba, 14 de agosto de 1973

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, a fim de comunicar que o Senhor Deputado Ivo Thomazoni foi indicado para Líder do Governo junto a essa Egrégia Assembléia Legislativa do Estado.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência minhas expressões de elevado apreço e superior consideração.

(a) **Emílio Hoffmann Gomes**
Governador do Paraná

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 139-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Tito Rodrigues.

Outrossim, solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada. Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) **Erondy Silvério**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e, após ouvido o Plenário, requer, a consagração na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, em Cornélio Procopio, da Excelentíssima Senhora Maria Antonia Froes, esposa do Senhor Sebastião Froes, ex-Prefeito da cidade de Nova Fátima.

Requer, ainda que desta decisão seja dado ciência ao Senhor Sebastião Froes, na cidade de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1973.

(a) **Rosário Pitelli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições Regimentais requer, após consultado o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo infausto desaparecimento do ilustre cidadão Kalil Faical, recentemente ocorrido na cidade de Primeiro de Maio.

O extinto era um dos pioneiros dessa cidade, onde deixa um vasto número de parentes e amigos, entre os quais, seu filho Wadih Faical, presidente local do Movimento Democrático Brasileiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Palácio 19 de Dezembro, 14-8-1973.

(a) **Antônio Belinati**

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo trágico desaparecimento do jovem Milton Correia da Silva, brutalmente assassinado, por sua luta contra o tráfico de tóxicos e intenso trabalho para a recuperação dos viciados.

O jovem Milton era grandemente estimado por todos, visto seu idealismo marcado por uma conduta cristã, exemplar e digna, tendo sempre revelado isto em seu círculo de amizades e no trabalho que prestava como dedicado funcionário do Colégio Novo Ateneu.

Tal fato, deve chamar a atenção das autoridades para o grave problema dos viciados e traficantes que cresce assustadoramente em nossa Capital, ao ponto de chegarem já a tramir a morte daqueles que se opõem ao trabalho nefasto a que se prestam os comerciantes da desgraça e miséria humana.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência desta homenagem da Casa à família enlutada e à Igreja Adventista do Sétimo Dia, da qual o mesmo era membro.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1973.

(a) **Igo Losso**

Endereço: Igreja Adventista do Sétimo Dia — Cx. Postal n.º 810 — Curitiba, Pr.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, um voto de louvor e aplauso, ao Deputado João Mansur, Presidente deste Poder, pela maneira altamente eficaz e marcante, quando por duas vezes governou nosso Estado, com o máximo de honestidade, num trabalho exaustivo, cheio de abnegação, resolvendo assuntos de transcendental importância, procurando levar o Paraná aos seus legítimos desígnios.

Curitiba, 14 de agosto de 1973.

(a) **Nelson Buffara**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições parlamentares, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações à Editora "O Estado do Paraná Ltda.", brilhante expressão da imprensa escrita do País, mercê sua moderna aparelhagem, seletor e correto corpo redatorial, admirável estrutura administrativa, alteando-se, a cada dia vencido, aos aplausos e respeito da gente paranaense e viva admiração dos maiores centros brasileiros.

Vem o "Estado do Paraná" de reforçar o seu já valioso maquinário com novas conquistas revolucionárias destinadas ao crescente aperfeiçoamento voltado para uma melhor apresentação diante seu incontável número de leitores, fato que evidencia, não só ampla visão de seus responsáveis como plena correspondência à sua sustentação do seu justo e merecido prestígio como veículo de difusão a serviço das grandes causas confundidas com os mais relevantes e nobres interesses do Paraná.

Ao ensejo, pois, o dever de estender a estas considerações os nossos aplausos e cumprimentos a este grande homem da empresa, Paulo Cruz Pi-

mentel, o qual tem sabido, através seu dinamismo, sensibilidade dos problemas públicos e arrojo realizador, empresta nova, alentadora e grandiosa extensão ao progresso e vitórias da difusão televisada, escrita e falada do nosso Estado, tornando-se credor, por tal efeito, de uma presença sempre cercada de carinho por parte do nosso povo.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) **Paulo Poli**

Requerimento

Senhor Presidente:

Amparado no Regimento Interno e após ouvir o Plenário, o signatário requer o registro nos Anais da Assembléia Legislativa um voto de reconhecimento e gratidão ao Deputado João Mansur pelo brilhante desempenho das funções de Governador do Estado, durante o licenciamento do Professor Parigot de Souza e no decurso do interrogatório, ocorrido com o passamento do Governador.

Nosso Estado descontraíu-se, o Paraná sorriu, o povo respirou ar otimista, porque sentiu a presença de um Governador Líder, de um mandatário atuante. João Mansur, Presidente da Assembléia, no exercício do Poder Executivo, em breve tempo conquistou a todos pela simplicidade, abriu perspectivas de uma linguagem comum, de diálogo entre Poderes, emprestou nova dimensão pela corvência e contacto com prefeitos e líderes e que sempre se pautou pela franqueza e tranqüilidade.

A figura humana do governador em exercício ativou a todos, entusiasmou, infundiu novo ânimo a quantos lutam pelo progresso, pelo desenvolvimento do Paraná e querem vê-lo alçado em pedestal nobre, trabalhador e altaneiro, falando a linguagem dos bravos e que repelem a idéia de um Estado curvado, pequeno inexpressivo, despersonalizado.

A figura do político, vilipendiada, proposta, deturpada, sem espinha dorsal, sentiu-se inabilitada nestes poucos dias, por João Mansur. Homem público, guindado a todos os cargos pela soberania do voto, sempre soube honrar a delegação e entendeu que o Poder é para servir e nunca para servir-se dele. Compreendido o poder como vocação de dedicar suas energias, trabalho e inteligência em prol daqueles de quem emana o mesmo e em prol deles deve ser exercido, o Presidente da Assembléia Legislativa demonstrou como deve ser posto em prática a verdadeira democracia.

O presente registro não visa louva-minhas, porquanto João Mansur não as precisa, nem as aceita, mas tem em mira fazer justiça e por isso exteriorizarmos, em nome daqueles que representamos, os sentimentos que o Paraná viveu numa fase breve, é verdade, mas significativa e demonstrativa de que o Estado do Paraná possui valores humanos e políticos. Colima, registrar para a História de que numa fase crítica, despida de perspectivas, houve uma réstia de luz e um raio de esperança, bem como uma mesga de fé.

Essa esperança e essa fé desabrocharam nessa nova fase que ora vivemos. Os mesmos sentimentos que vivia o Paraná à época de João Mansur, vive hoje. Emílio Gomes, homem simples, alçado à vida pública pelo voto popular, conhece as alegrias e as frustrações do povo. Aprendeu ao longo dos caminhos interioranos as aspirações que nossa gente nutre, conheceu os seus problemas, certamente, saberá distinguir entre as várias opções os caminhos mais acertados. Cremos que a esperança depositada, não só por nós políticos, mas pelos altos escalões da Nação, bem como pela povo do Paraná, concretizar-se-ão, na sua gestão, que lhe auguramos seja grandiosa, cheia de realizações e que vejamos todos eufóricos um Paraná vertebrado, altaneiro e personalizado.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) **Wilson Fortes**

Requerimento

Senhor Presidente:

Respalçado no Regimento e, após ouvido o Plenário, o Deputado que adiante subscreve, requer o registro de um voto de aplausos e congratulações, na Ata dos trabalhos de hoje, aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário da Tarde", bem assim aos seus Diretores e redatores e ainda aos técnicos pela aplicação de "deck" especial a cores nas edições dos referidos órgãos de comunicação. A iniciativa constituiu-se em planeira no Estado do Paraná e a técnica moderna traduz o espírito despreendido e paranaista dos dirigentes daquelas empresas, dando à comunidade paranaense jornais à altura de sua real importância no contexto nacional.

A edição dominical de "Gazeta do Povo" patenteou, mais uma vez o pioneirismo do matutino ao aplicar e adotar as mais recentes conquistas da indústria gráfica. Desta forma a Gazeta vem contribuir como já o tem feito durante meio século de sua existência, para o aprimoramento da cultura de nosso povo, que através dos seus representantes na Assembléia Legislativa reconhece o trabalho pioneiro e patriótico.

Para a magnífica edição, a empresa colocou a serviço da imprensa uma das mais modernas máquinas, a "Goss Urbanite", composta de quatro grupos acrescida de um "deck" especial a cores e dos sistemas de confecção e montagem dos fotolitos coloridos que vem demonstrar perfeitamente o esforço da "Gazeta do Povo" e "Diário da Tarde" em entregar ao Paraná e a sua gente jornais à altura de seus vertiginoso desenvolvimento.

Está assim, de parabéns a direção da "Gazeta do Povo" e "Diário da Tarde", na pessoa do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho e esta Casa de Leis registra o seu reconhecimento pelo esforço que de certa forma virá beneficiar todos os setores da vida paranaense.

Ao registrar o presente voto ao Diretor Presidente das empresas, aos diretores, redatores e técnicos, requer que da deliberação desta Casa seja dada ciência à direção dos dois jornais.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973

(a) **Ivo Tomazoni**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de louvor ao Digníssimo Superintendente do "IPASE", Doutor Mauricio de Souza Moura, pela magnífica orientação administrativa que vem imprimindo neste órgão, principalmente no setor de atendimento dos beneficiários deste Instituto, o qual também prestou excelente assistência ao Professor Parigot de Souza durante a longa enfermidade por que passou.

Da decisão da Casa, solicito que seja dada ciência ao ilustre Diretor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — Agência de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) **Fabiano Braga Cortes.**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, pede venia para expor e ao final requerer o que se segue: que o requerente recebeu da Escola de Aplicação "Maria Montessori", da cidade de Umuarama, expediente em que a diretora daquele estabelecimento de ensino expõe a precária situação de seu quadro de professores, como também a falta de material que lhe permita condições mínimas para seu funcionamento. Nestas condições, requiero, ouvido o Plenário, o encaminhamento da cópia do referido expediente ao Senhor Secretário da Educação, acompanhado do apelo desta Casa para uma solução urgente para o caso.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) — Marciano Baraniuk

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário desta augusta Casa, requer, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Lucas Nogueira Garsês, digníssimo Diretor Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo — "Cesp" — solicitando reexame no projeto de localização da ponte a ser construída no Rio Jacú, ligando os Municípios de Primeiro de Maio e Sertãoópolis, tendo em vista que a obra onde está projetada não vem de encontro aos interesses da região.

Os Municípios de Primeiro de Maio e Sertãoópolis estão situados em uma região de fertilíssimas terras e vêm dando ao Paraná uma contribuição das mais ponderáveis no setor da agricultura. Suas terras, consideradas de grande índice de produtividade, ajudam a carrear ao nosso país várias fontes de divisas, através de sua diversificada agricultura, com destaque acentuado do café, algodão, soja, milho etc.

Ocorre que com a construção da Usina Capivari, haverá diminuição de área, principalmente nas partes baixas em virtude de represamento das águas.

Mister se torna por conseguinte um planejamento cuidadoso, visando propiciar aos Municípios supracitados a toda região, novos e eficientes meios de comunicação, capazes de corresponder a vazão de sua extraordinária capacidade produtiva.

Tendo entretanto, a "CESP", através de seu Departamento de Engenharia determinado arbitrariamente a localização de ponte sobre o Rio Jacú, há necessidade premente de uma modificação, a fim de que sejam consultados os supremos interesses dos laboriosos Municípios que compõe a importante região agrícola do Estado.

A correção é urgente e necessária, para facilitar melhor entrosamento da comunicação, dando condições favoráveis de transporte da produção, para os centros de distribuição e consumo.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) — Rosário Pitelli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. General Mário Carneiro Portes, Digníssimo Secretário da Segurança Pública, solicitando-lhe determinar elaboração de esquema de segurança permanente para a sede da Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico — LICOPAR, bem como para a segurança pessoal do Presidente da entidade, o Coronel Rutildo Pulido;

2.º — seja, desta decisão, dada ciência ao Sr. Coronel Rutildo Pulido, Presidente da LICOPAR, à rua Marechal Deodoro, 126, 2.º andar — conjunto 1 — nesta Capital.

3.º — seja ainda dada, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 14 de agosto de 1973.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento geral a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, — mas conhecida sob a sigla de LICOPAR, deste que passou a atuar efetivamente no Paraná e mais especificamente, em Curitiba, na luta contra o tráfico e contra os traficantes, começou a ser alvo de represálias por parte dos marginais que vem sentindo, de há muito suas atividades restringidas em decorrência da eficiente atividade daquela entidade.

Está nos jornais diários da Capital o brutal assassinato de que foi vítima o jovem Milton Correia da Silva, funcionário da LICOPAR e que há dias havia sido sequestrado pelos traficantes, em ação de violência inaudita e que atingiu de modo brutal a opinião pública de nossa terra. Antes, uma funcionária da LICOPAR já havia sido sequestrada, também por bando de traficantes, ação delituosa que felizmente não teve maiores consequências. As ameaças de que têm sido alvo o Coronel Rutildo Pulido e seus familiares pela sua ocorrência já se tornaram comuns, mas nem por isso devem ser despresadas, pois os malfetores sentem o impacto em seu reduto da atuação esclarecida da LICOPAR e parecem dispostos a levar às últimas consequências a defesa de seu nefando comércio.

Entendemos, portanto, que o Poder Público através da Secretaria de Segurança Pública, deve ensinar meios de proteção não só à sede da entidade — que já foi assaltada várias vezes, — como à pessoa de seu Presidente, o Coronel Rutildo Pulido, pois é evidente que seu trabalho vem surtindo efeito e seu sucesso no extermínio do tráfico de tóxico e de seus traficantes, deve ser esperado por toda nossa comunidade, em nome do futuro de nossos filhos e da tranquilidade de nossas famílias. Entendemos, mesmo, que a Secretaria de Segurança Pública deveria entrosar-se o mais possível com a LICOPAR, pois que o amparo policial é imprescindível para fortalecer a atuação de seus integrantes na luta contra os traficantes, eis que o problema do uso de tóxicos entre a juventude afeta até, de modo direto, a segurança nacional.

Os nobre Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste nosso Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado às Centrais Elétricas de São Paulo — C.E.S.P. — ofício reiterando solicitação no sentido de serem prontamente efetuadas as indenizações dos imóveis atingidos pelo reservatório da Usina de Capivari, levando-se em conta na avaliação a fertilidade e a alta valorização das terras e que seja reexaminada a possibilidade de

ser mantido o atual traçado da rodovia que liga a cidade de Primeiro de Maio à Sertãoópolis e de Londrina.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Borsari Neto.

JUSTIFICATIVA:

Em outubro do ano passado apresentamos Requerimento, aprovado pela Casa, através do qual solicitávamos que a Centrais Elétricas de São Paulo — C.E.S.P. — efetuasse prontamente as indenizações das propriedades, situadas às margens dos rios Tibagi e Paranapanema, que foram desapropriadas pela Empresa em consequência das obras que a mesma está realizando em Porecatu.

Na época os temporais assolaram essas propriedades prejudicando em grande parte ou destruindo totalmente as lavouras que vinham sendo cultivadas.

Com as prontas indenizações, tendo em vista o alto nível atingido pelas águas dos rios Tibagi e Paranapanema impedindo que fossem realizadas novas plantações, visávamos dar condições aos proprietários que foram altamente prejudicados, de adquirirem novas áreas de terras e de desenvolverem suas culturas.

Atualmente, através da imprensa, a C.E.S.P. avisa que os proprietários que tiverem seus imóveis demarcados deverão ser procurados por funcionários de seu Departamento Jurídico, a partir do próximo mês de dezembro.

Considerando o tempo decorrido e a fertilidade das terras que serão atingidas julgamos oportuno reiterar que sejam prontamente efetuadas as indenizações.

Considerando, também, que brevemente quando forem fechadas as comportas da Usina de Capivari, o Município de Primeiro de Maio começará a ser cercado pelas águas do Paranapanema e Tibagi crescendo de importância o atual traçado do rovoia que liga essa cidade a Sertãoópolis a Londrina, entendemos justa a reivindicação, do Prefeito Municipal e autoridades de Primeiro de Maio no sentido de que a C.E.S.P. reexamine a possibilidade de não ser desviado o atual traçado da estrada citada.

Assim, consubstanciamos tais reivindicações, no presente Requerimento que submetemos à consideração dos Nobres Pares.

Requerimento

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações a vibrante e operosa Direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari, pelo coroamento de seus ingentes esforços, com o final reconhecimento oficial da mesma, pelo Ministério da Educação e Cultura.

Nós que acompanhamos e sempre apoiamos de perto o grande esforço desenvolvido, sabemos que não foram poucos os relatórios, memoriais, viagens, gestões e trabalhos que a Direção da Faculdade realizou em Curitiba, e principalmente em Brasília visando aquela desideratum.

Agora, obtida a magnífica e esplendorosa vitória, alegrem-se todos, não só mandaguienses, mas estudantes de todos os recantos do Estado, que excedem a mais de mil e ali formam seu cabedal de cultura a luz dos ensinamentos de mestres grandemente capacitados e idealistas.

Requeiro outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa ao estabelecimento, a Câmara de Vereadores daquele Município a Folha de Mandaguari e a Rádio Guairacá daquela cidade.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 1973.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado um expediente ao Secretário dos Transportes, Exmo. Sr. Euro Brandão, pedindo informações sobre a construção da ponte de concreto sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga Umuarama-Alto Piquiri-Assis Chateaubriand e Cascavel. Esta solicitação é feita em virtude de um Projeto de Lei de minha autoria e do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, ter sido vetado pelo ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, se muma justificativa que possa ser informada aos prefeitos daqueles Municípios.

Em razão do que foi acima exposto, solicito a fineza de informar o seguinte:

1 — Se já existe projeto da referida ponte;

2 — Se existe plano para o início da obra e para quando está prevista a sua conclusão.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) — Marciano Baraniuk

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, Requer:

1 — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Euro Brandão, solicitando-lhe determinar realização de estudos visando construção de uma ponte sobre o Rio da Varzea, na estrada que interliga os Municípios de Rio Negro-Lapa e Antonio Olinto, neste Estado.

2 — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma ponte sobre o Rio da Varzea é providência que se impõe em decorrência do interesse econômico do Estado, porquanto os Municípios de Rio Negro-Lapa e Antonio Olinto, vem sofrendo dificuldades para escoamento da produção agrícola e industrial de toda a região, porquanto os veículos transportadores estão sendo obrigados a fazerem um percurso excessivamente longo e anti-econômico, inclusive usando estrada situada no Estado de Santa Catarina, a fim poderem atingir a BR-476 e assim colocarem os produtos nos grandes centros urbanos e consumidores do Paraná. A estrada Rio Negro-Lapa e Antonio Olinto, acha-se seccionada há mais de 1 (um) ano, com a queda da ponte quando de ocorrência de uma enchente na região, sem que o Poder Público haja providenciado a substituição da que foi destruída, omissão lamentável e incompreensível dada a característica eminentemente agrícola daquelas cidades e das que-lhe são próximas. Por outro lado, deve-se salientar a existência de um Posto Fiscal da Secretaria da Fazenda justamente situado na confluência dos três Municípios, e que sem a construção da ponte, não tem cumprido sua finalidade, pois os veículos de

carga, como já explicado estão cumprindo outro trajeto e não são submetidos à fiscalização estadual.

A providência que agora encarecemos ao Senhor Secretário dos Transportes, já fora urgida ao seu ilustre antecessor que, certamente, por exiguidade de tempo, não pode dar solução ao problema, daí porque sabendo que o Engenheiro Euro Brandão além de técnico renomado é também homem de empresa e como tal, atende ao fenômeno do desenvolvimento econômico do Estado, renovamos a solicitação, certos de que a mesma merecerá o melhor das atenções e que o problema encontrará enfim um equacionamento de acordo com os interesses da Administração pública e de todos os habitantes daqueles Municípios.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e dar-lhe-ão o honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Doutor Osiris Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, solicitando o seguinte:

Em Umuarama foram iniciadas as obras de construção de dois prédios escolares, um com 12 salas de aulas e outro com 10 salas.

Tive a oportunidade de verificar que uma das obras está paralizada, ficou só no alicerce, não sei a razão que motivou temporária paralisação, se é a firma construtora que não está apressando ou se houve outro problema.

Mas Umuarama, não poderá ficar sem as salas de aulas para o início do próximo ano, isto porque irá resultar em falta de vagas e, automaticamente não serão matriculados os alunos, repetindo-se o mesmo problema que ocorreu no início de 1.973.

Daí, a razão que tomei a liberdade de sugerir ao Exmo. Sr. Secretário que determine uma verificação da referida obra, para que a construção seja concluída em tempo de ser utilizada pelos que necessitam de vagas.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) Marciano Baraniuk

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão e do Expediente desta Assembléia, dia 15 de agosto, data consagrada à Assunção de Nossa Senhora.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Wilson Fortes.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, envio de expediente ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando providências por parte do mesmo, para que venham a ser processados serviços de conservação na Rodovia Estadual PR-14, principalmente no trecho compreendido entre o Distrito de Cafelândia e a sede do Município de Cascavel. Tal solicitação, prende-se ao fato de que no presente momento, aquela rodovia encontra-se em total estado de abandono, apresentando em face disto precárias condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafelândia, um dos mais desenvolvidos e progressistas da região oeste do Estado e componente do Município de Cascavel, de há muito reivindica uma melhor conservação e manutenção, da rodovia estadual PR-14 por ser através da mesma que se processa o escoamento natural das riquezas produzidas naquela localidade.

O Estado atual daquela rodovia é calamitoso, pois a mesma não apresenta a mínima condição de tráfego, cerceando e desta forma prejudicando o desenvolvimento e o progresso daquele distrito.

Lá, encontra-se sediada a Cooperativa Agrícola Consolata-Copacol, que necessita de boas estradas que lhe permitam colocar no mercado interno e externo os produtos por ela comercializados.

Como se isto não fosse suficiente, inúmeros são os casos de jovens que necessitam diariamente dirigir-se a Cascavel, onde cursam e frequentam cursos não existentes na sede de seu distrito, bem como há a necessidade natural em face da própria sobrevivência de se recorrer em certos momentos a um tratamento médico mais especializado, o que somente se consegue na sede do Município de Cascavel.

Temos a absoluta certeza de que, as autoridades responsáveis pelo setor rodoviário de nosso estado, conhecem a fundo os inúmeros problemas que causam a qualquer região a falta de estradas transitáveis, motivo pelo qual não mais nos deteremos na apresentação de fatos que justifiquem a presente reivindicação, pois temos a confiança e a certeza de que o Departamento de Estradas de Rodagem através sua direção, não ficará alheio ao apelo e continua conservação daquela rodovia, permitindo desta forma a expansão e o desenvolvimento daquela importante região de nosso Estado.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 165-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São José dos Pinhais um (1) trator de marca Caterpillar, modelo D4-40A, Série 1642, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1973.

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

PROJETO DE LEI N.º 166-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piraguara um (1) trator de marca Caterpillar, modelo D4-40 A, série 1953, trator esteira e um (1) trator de marca John Deere, 730-S, série 7325948, trator de roda com arado, pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 14 de agosto de 1973

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desses equipamentos.

PROJETO DE LEI N.º 167-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária 1 Trator da marca JOHN DEERE 730 S n.º 161072, 1 trator da marca JOHN DEERE 730 S n.º 161071, 1 trator da marca JOHN DEERE 730 S n.º 161069 e 1 trator da marca JOHN DEERE 730 S n.º 161069 e uma (1) Trilhadeira da marca HALLIS SCHALMERS B 72120, uma (1) trilhadeira da marca HALLIS SCHALMERS B 72734 e uma (1) trilhadeira da marca HALLIS SCHALMERS B 72810, sendo que a trilhadeira de n.º B 72810 corresponde ao n.º B 72801, todos pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carente desse equipamento.

PROJETO DE LEI N.º 168-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quitandinha, um (1) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, série 1585, trator esteira pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

PROJETO DE LEI N.º 169-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do Município de Dois Vizinhos, com jurisdição sobre o mesmo e mais os Municípios de Verê, São Jorge d'Oeste e Salto do Lontra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA: — Como justificação, nada mais eloquente do que o parecer da Inspeção Regional de Ensino de Pato Branco, a quem Dois Vizinhos está subordinada: Com relação ao presente expediente nosso parecer é que seja criada uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Dois Vizinhos, visto o crescente aumento populacional daquele Município e por ser o mesmo um centro agrícola de grande expressão.

Considerando a distância que separa esta Inspeção Regional de Ensino daquele Município com agravantes de péssimas estradas, ausência de comunicação telefônica a solução de problemas referentes a Ensino, se faz com morosidade o que muitas vezes é prejudicial.

PROJETO DE LEI N.º 170-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Contenda, um (1) trator de marca JOHN DEERE, — modelo 730-S, Série 7325945, com arado, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

PROJETO DE LEI N.º 171-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Ir. RUPERTO FÉLIX, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) — Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA — Nascido a 9 de fevereiro de 1912, em Marechal Mallet, Estefano Silvínski Neto ingressou na Congregação Marista em 1927 cursando o Juvenato Champagnat nas Mercês. Ingressou no Noviciado em 1931, passando a chamar-se Ir. Ruperto Félix. Iniciou o magistério no Colégio Nossa Senhora da Glória (São Paulo) em 1936, transferindo-se no ano seguinte para o Colégio Santa Maria de onde não mais saíra.

Licenciado em Matemática e Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná.

O HOMEM — Dinâmico, amável e distinto em seu trabalho, prestimoso para com todos, cedo conquistou a admiração e simpatia dos colegas, alunos e amigos, que eram legião.

Hábil fotógrafo, foi ele quem, por largos anos "cobriu" todos os eventos do Colégio, legando à história do Estabelecimento farto material jornalístico visual.

Esteve presente, como criador e animador, a todos os "momentos de progresso" do Santa Maria (Capela, Cinema, Fanfarras, Laboratórios, Prédio novo) o mesmo fazendo com a Faculdade de Filosofia, onde foi Bibliotecário, Tescureiro e Relações Públicas. Seu dinamismo invulgar e rara competência

ainda lhe davam tempo para participar das atividades do Círculo de Estudos Bandeirantes, do qual era sócio e membro da Diretoria.

Delegado pela Associação de Antigos Alunos, representou-a no Congresso Mundial da mesma em Bruxelas (1968).

PARQUE SANTA MARIA — Uma de suas grandes realizações foi, inegavelmente, a compra e melhoria do Parque Santa Maria. Tudo ali leva sua marca e registra seu esforço incomum (barragem, lagos, ajardinamentos, acesso, luz e finalmente a sede — Recanto Santa Maria). Valia-se da imensa gama de amizades para conseguir grandes coisas com pequenos recursos.

Além de fundador da APM, foi ininterruptamente Diretor do Partimônio e de Obras, gestão em que mereceu a imorredoura gratidão dos atuais e futuros associados.

O PROFESSOR — Marista-Educador, dedicou o melhor de seus anos e de sua competência aos alunos do Santa Maria. Seu método e relacionamento com eles eram tecidos de compreensão e de amizade. Ficou famoso seu "método Grenoble", que definia assim: "Em caso de dúvida, dou nota para aprovar". Nem por isso seus discípulos estudavam menos. Retribuíam-lhe a amizade com o carinhoso apelativo "Tio Rupe".

SUAS AMIZADES — Suas constantes idas e vindas pelo centro da cidade "esbarravam" sempre com os muitos amigos que fizera. Eram tantos... Certa feita, acompanhava o Ir. Superior Provincial, que também retribuía os cumprimentos ao "Tio Rupe", tirando cortemente o chapéu eclesiástico. Lá pelas tantas, o Superior não se conteve: "JE VOIS QUE AVEC VOUS, LE MIEUX C'EST D'ALLER LE CHAPEAU À LA MAIN" (Estou vendo que, saindo com você, o jeito é andar mesmo de chapéu na mão).

A PARTIDA — Acometido de pequeno derrame cerebral a 18 de junho, voltou às suas atividades depois de 20 dias de repouso, oito dos quais no "seu" Recanto Santa Maria. Todos lhe recomendavam, descanso, mas ele sentia que podia retornar seu ritmo intenso de atividades. Tesoureiro da Faculdade de Filosofia, Coordenador dos Exames Psicotécnicos junto ao Detran, solicitou constantemente por mil e um negócios, não sabia nem queria parar.

Um segundo derrame a 3 de julho reconduziu-o à Santa Casa. Seguiram-se três dias "críticos". Às 21,30 horas do dia 26, festa de Santana, um distúrbio cerebral levou-o do convívio dos seus.

PROJETO DE LEI N.º 172-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo a doar para a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, o imóvel abaixo caracterizado:

"Totalidade da quadra n.º 16 — Reserva para Escola — do loteamento Cidade Braganey, com área de 8.000,00 m², sem benfeitorias, localizado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, Comarca de Cascavel".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA: — O referido imóvel foi doado em dezembro de 1969 ao ESTADO DO PARANÁ, para que se construísse uma Unidade Escolar, o que até a presente data não foi efetivado.

Estando, atualmente, aprovado pelo Conselho da FUNDEPAR, a construção de uma Unidade Escolar no terreno citado, e, estando esta Fundação impedida de construir em próprios de outros, a doação é a melhor maneira de se equacionar o problema, visando o atendimento às crianças em idade escolar.

PROJETO DE LEI N.º 173-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Santa Maria, fundado em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Santa Maria, da cidade de Londrina, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos em Lei para atingir seu fim, ou seja, tem seus estatutos registrados no cartório das Pessoas Jurídicas competente. Vem funcionando de forma efetiva há mais de 12 (doze) anos e presta serviços de utilidade pública à população da cidade já mencionada. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim pois, levamos o presente Plano de Lei à consideração dos Nobres Pares, esperando que se lhe dê a indispensável e final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Como Deputado integrante de uma Bancada oposicionista estou inteiramente à vontade para, neste instante, render homenagem a um dos mais Ilustres Deputados que já passou por esta Casa. Refiro-me ao Deputado João Mansur, nosso Presidente, João Mansur que por duas vezes governou o nosso Estado por dois curtos períodos mas que, neste espaço de tempo, com um aproveitamento total ele soube granjeir para si um número incontável de admiradores dentro do povo paranaense.

Eu entendo, Srs. Deputados, que João Mansur já, como homem público ele é um homem realizado. Porque governar da maneira como ele governou eu entendo ser um comportamento fora de série; ele dinamizou o Estado, em dois meses, o que outros não fizeram em dois anos, com uma tenacidade de espírito e uma capacidade de trabalho, extracurriculares. Ele foi alvo das maiores considerações e afeto do povo paranaense. Igualá-lo, Srs. Deputados, será difícil; superá-lo entendo eu, será quase impossível. Ele criou uma nova imagem no Governo do Estado, e tenho a impressão que esta opinião é mais ou menos generalizada nesta Casa, como o é em todo o Paraná.

Neste instante, embora ausente desta Casa o Presidente João Mansur, eu queria, se consignasse nos Anais da Casa um voto de aplauso pela sua conduta, a mais brilhante de tantas quantas se houveram no Governo do Estado; um voto de aplauso pela forma como soube dirigir os destinos do Estado, numa hora das mais difíceis, sendo, na minha opinião, de uma rara felicidade como realmente foi.

Muito obrigado Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e Nobres Srs. Deputados.

Foi muito feliz o Nobre Deputado Nelson Buffara ao requerer à consideração da Casa um voto de aplauso pela maneira correta, digna, com que se portou o Deputado João Mansur no exercício da governança do Estado.

As duas vezes que ali esteve representando este Poder Legislativo, realmente Sua Excelência honrou e dignificou este Poder não só perante a população paranaense, mas, perante a Nação brasileira, porque assumindo um Governo num momento difícil e conturbado, o Deputado João Mansur soube, com serenidade, conduzir os destinos do Estado até entregar ao seu sucessor legítimo, Deputado Emilio Gomes. Foi uma honra para o Poder Legislativo, ter o Nobre Deputado João Mansur na Governança do Estado, no período em que lá esteve. Portanto, votarei prazeiramente com o Requerimento do Nobre Deputado Nelson Buffara. E até é bom que não esteja presente na sessão de hoje o Nobre Deputado João Mansur, para que não se faça a S. Exa. um elogio de corpo presente. Um elogio que eu creio associa-se a toda a gente paranaense. Uma homenagem que se presta a um homem como Governador do Estado, embora num curto lapso de tempo, mas sem paixão. Governando apenas com a razão, elevado espírito público e também elevada dose de patriotismo. Portanto, o nosso voto é favorável ao Requerimento do Nobre Deputado Nelson Buffara, e a tarde, hoje, para mim, é a tarde dos elogios. Mas não podia deixar de ser, porque um homem público não deve ser apenas crítico, ele deve reconhecer quando há mérito nos atos de um Governo. E para mim, me surpreendeu a forma como o Nobre Deputado Emilio Gomes, recebeu a Bancada da ARENA, na manhã de hoje.

Uma abertura política para esta Casa. Uma experiência observada por todo o País, desde o Ato Institucional n.º 5. Parece-nos ser a primeira vez que o sistema concede uma abertura política. Haja visto, a formação do secretariado do novo Governador, onde esta Casa se fez representar na pessoa do Nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, nomeado que foi, Secretário de Educação. Só este fato, demonstra a evidência de que existe uma acentuada boa vontade do sistema que governa a Nação, de fazer uma abertura política, já que parece que os técnicos não deram conta do recado. Parece que as dificuldades com que se deparam quase todos os governadores indicados sob o prisma de caráter técnico, levaram o Poder Central da República a tentar uma nova experiência no Paraná, qual seja, uma abertura política. Uma abertura como esta, a Casa deve se aproveitar dando irrestrito apoio ao Governo honesto e bom que por certo fará Emilio Gomes. Porque ele também tem uma responsabilidade muito grande sobre os ombros, porque ele representa o Poder Político central, nesta abertura que o Poder Central está proporcionando à classe política. Portanto, eu, que sou avesso aos elogios, o faço já, desde agora. Quero me congratular com o Nobre Deputado Ivo Tomazoni, escolhido pelo Governador Emilio Gmes, para a Liderança do Governo nesta Casa. Dar a S. Exa. o meu apoio não incondicional, porque incondicional não se dá nem para Deus, mas dar meu apoio a todas as Mensagens boas que aportarem a esta Casa.

Portanto, fica aqui o meu apelo ao Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, nosso Líder de Bancada, para que dê ao novo Líder do Governo, o mesmo apoio que deu a Líder anterior, Deputado Cândido Martins de Oliveira. Porque não houve conflito, absolutamente, pelo contrário, não houve conflito nenhum entre as duas Lideranças. Todas as vezes que o Líder do Governo solicitou apoio do Líder da Bancada para Mensagens de interesse público, nesta Casa, o apoio veio incondicional e imediatamente.

Portanto, creio que este clima de harmonia vai perdurar dentro do Poder Legislativo. Não há necessidade dos mais afoitos quererem deixar uma Liderança única neste Poder.

Não há necessidade; as duas Lideranças podem coabitar pacificamente dentro do Poder Legislativo, como fizeram até aqui, recebendo o Líder do Governo todo o apoio do Líder da Bancada. A Liderança da Bancada é sumamente necessária, para o bom funcionamento dos poderes. Os poderes devem ser harmônicos mas independentes; e isso só se faz através de uma Liderança firme, corajosa e que esteja com as atenções voltadas para o progresso do Estado. Acreditamos no jovem Líder da Arena, Deputado Luiz Roberto Soares e que se intuito não é outro senão vir ao encontro das aspirações de progresso de paz e de tranquilidade do povo paranaense.

Portanto, aqui fica este meu apelo a par das minhas congratulações pela escolha das mais felizes, do Líder do Governo, porque o Nobre Deputado Ivo Tomazoni tem tido em toda sua vida política uma folha das mais louváveis. Como Primeiro Secretário deste Poder Legislativo, sempre respeitou o direito de todos os membros deste Poder. Portanto, cremos que S. Exa. na Liderança do Governo continuará respeitando os seus companheiros, não só de Bancada, mas respeitando os seus companheiros de Poder Legislativo, incluindo a Nobre Bancada do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa.

Tenho absoluta certeza que S. Exa. saberá conduzir os negócios do Governo com habilidade, tranquilidade e decência; isto nós esperamos de S. Exa. como Líder do Governo. Encaminho também, à consideração da Casa, um Requerimento, é uma moção de aplauso e, pode parecer de início que seja bajulatória esta moção de aplauso ao Nobre Governador, mas não o é. É exatamente pelo fato de iniciar ele uma abertura política; escolher um dos membros desta Casa para uma Secretaria de Estado. E também fazer justiça a todo o Secretariado escolhido.

Eu me permito ler o Requerimento que melhor conta dos objetivos e intuito do mesmo. (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa de voto de congratulações ao Senhor Governador EMÍLIO GOMES que, na composição do seu secretariado, demonstrou a elevação de propósitos com que pretende governar nosso Estado. Com efeito, Sua Excelência escolheu para ajudá-lo na Administração uma plêiade de homens cujo conjunto de virtudes é garantia de uma gestão toda ela voltada para a solução efetiva dos grandes problemas administrativos e políticos do Paraná. E, entre eles, sem nenhum desmerecimento para os outros, devo destacar dois nomes: o do Professor GUILHERME LA-CERDA BRAGA SOBRINHO, catedrático da Escola de Engenharia, paranaense eminente, chefe de família exemplar, dotado de grande sensibilidade para os problemas humanos e sociais, e do nosso eminente colega Deputado CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA que, além de já ter demonstrado invejável capacidade em gestão anterior na Secretaria da Educação e Cultura, tem na sua atual indicação para o mesmo posto, uma evidente e louvável preocupação do Senhor Governador em prestigiar este Poder, abrindo, assim, novas e alentadoras perspectivas para a vida política paranaense.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — Erondy Silvério".

O objetivo de nosso Requerimento, Sr. Presidente, Nobres Deputados, não é ser agradável; é apenas demonstrar ao povo do Paraná e a esta Casa que

o Poder Legislativo sente-se honrado com a escolha de um dos seus membros — qualquer que fosse o Deputado escolhido — porque este representa, como disse anteriormente o desejo do povo de aproximar-se da classe política que é a legítima representante do povo.

Porque técnico é Assessor do Governo, é Vereador, é o Prefeito que tem a sensibilidade de sentir os grandes problemas do povo, da população; porque estes são os homens que sentem as necessidades do povo. São os seus porta-vozes perante o Poder Executivo.

Portanto, esta abertura é excelente, demonstra o espírito de realização com que está empuído o Sr. Governador Vamos apoiá-lo, abrir um crédito de confiança a S. Exa. para que o Paraná volte aos seus melhores dias, aos seus dias de esplendor quando conquistou uma liderança entre todos os Estados brasileiros e que infelizmente, devido a fatos tristes e lamentáveis que não nos cabe recordar neste momento, o Paraná estava cada vez mais perdendo seu prestígio junto às demais Unidades da Federação, fora a estagnação por que passou a indústria e o comércio nestes dois malfadados Governos que tivemos. Um Governo sabemos a razão por que não continuou, outro infelizmente não teve oportunidade de demonstrar sua capacidade de trabalho e espírito público, porque no início foi acometido de perniciosa enfermidade que o matou em pleno exercício do Poder. Portanto, nada pode fazer por razões que estavam acima de sua vontade.

Mas não existe motivo nenhum agora para que o Estado continue a viver num clima de marasmo, de desânimo que se observava, pois tem um Governador jovem, apoiado por todas as correntes políticas e por todas correntes de representação da opinião pública paranaense. Esperamos que S. Exa. o Deputado Emílio Gomes seja na realidade o Governador que todo o Paraná espera e no qual o Poder Central da República tem esperança que venha corrigir todos os erros das indicações anteriores. É esta esperança que tem o grande Presidente Emílio Garrastazu Médici e temos o dever de apoiar este Governo para que possa se desincumbir a contento da missão difícil que lhe foi confiada pelo Poder Central da República. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra de registrar a presença dos Prefeitos dos Municípios de Dois Vizinhos e Moreira Sales.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente e ilustre Deputado que nos antecedeu nesta Tribuna, em debates havidos anteriormente dizia-me ele que não possui a bola de cristal, mas tem sua faísca bem adiantada.

Assim é que hoje S. Exa. abordou nesta Tribuna, com muita propriedade, com o brilho que lhe é peculiar, a tese que iremos abordar.

É natural que nós, da classe política, nos regozijemos por esta nova fase que finalmente dá ao Paraná novos horizontes e não podíamos deixar de registrar aqui, a exemplo do que fez o ilustre Deputado Erondy Silvério, a satisfação do mundo político, o euforismo que reinou em todo o Paraná quando por duas etapas governou o Estado nosso eminente colega, o Nobre Deputado João Mansur, Presidente desta Assembleia Legislativa. S. Exa., com a autoridade que tem, com a sensibilidade que possui, como político militante que é, deu ao Paraná aquele impulso tão necessário, aquela dose de otimismo de que tanto precisava este novo Estado da Federação.

Infelizmente, ocorreu a passagem do Governador Parigot de Souza e desnecessário seria dizer aqui do porquê da frustração de seu Governo. Realmente, foi alheio à sua vontade tudo aquilo que aconteceu e eis que, ouvida a classe política, assume agora este jovem Governador com esta vontade tremenda de acertar. Observamos bem que S. Exa., tão logo foi alçado ao Poder, iniciou seus primeiros passos na composição de seu Governo, de seu secretariado, colocando, nos postos-chaves, homens realmente experimentados. Assim é que dois Deputados federais ocuparam Pastas de grande importância. Ambos são homens de grande experiência, ambos são homens que já exerceram funções idênticas em Governos passados e se saíram muito bem. O entusiasmo do povo para com os homens que assumiram essas Pastas é o testemunho da satisfação popular e do acerto de S. Exa. Esta Casa também se sente satisfeita quando S. Exa., com muita habilidade, entre tantos homens capazes, entre tantos homens ilustres e entre tantos líderes natos — porque todo homem que passa pelo julgamento do povo, através das urnas, realmente tem mérito, realmente é um líder nato — e, portanto, todos estariam em condições de exercer a liderança do Governo; mas S. Exa. escolheu esse jovem cujo caráter todos conhecemos, esse jovem de palavra tão abalada, esse jovem que sabe ter coragem e, amigo acima de tudo, o Nobre colega, Deputado Ivo Tomazoni, a quem, neste instante, dirijo esta saudação, em meu nome particular, dizendo que nos sentimos satisfeitos, e nos ufanamos com a sua escolha.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica registrado, nesta tarde, nesta nossa passagem pela Tribuna, a nossa homenagem e a nossa mensagem de otimismo e de saudação a esses nossos amigos investidos nesses cargos tão importantes. Porque, como bem disse o Nobre Deputado Erondy Silvério, o técnico é realmente necessário à Administração mas, o político nem sempre é político porque quer. A liderança é uma coisa nata. O homem que chega a esta Casa também é um técnico dentro da política. Porque não é fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o cidadão exercer a política. Os técnicos que saem dos bancos escolares são necessários e deveriam estar funcionando paralelamente com as lideranças políticas, porque só estas dão a sustentação democrática ao Estado e ao País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Borsari Neto.
O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Em outubro do ano passado justificávamos desta Tribuna, Requerimento através do qual solicitávamos que as Centrais Elétricas de São Paulo — C.E.S.P. — efetuassem prontamente as indenizações das propriedades, situadas às margens dos rios Tibagi e Paranapanema, que foram desapropriadas pela Empresa em consequência das obras que a mesma está realizando em Porecatu.

No época, os temporais assolaram essas propriedades prejudicando em grande parte ou destruindo totalmente as lavouras que vinham sendo cultivadas. Com as prontas indenizações, tendo em vista o alto nível atingido pelas águas dos rios Tibagi e Paranapanema impedindo que fossem realizadas novas plantações, visávamos dar condições aos proprietários, que foram altamente prejudicados, de adquirirem novas áreas de terras e de desenvolverem suas culturas.

Atualmente, através da imprensa, a C.E.S.P., avisa que os proprietários que tiveram seus imóveis demarcados deverão ser procurados por funcionários de seu Departamento Jurídico, a partir do próximo mês de dezembro.

Considerando o tempo decorrido e a fertilidade das terras que serão atin-

gidas julgamos oportuno reiterar que sejam prontamente efetuadas as indenizações.

Considerando, também, que brevemente quando forem fechadas as comportas da Usina de Capivara, o Município de Primeiro de Maio começará a ser cercado pelas águas do Paranapanema e Tibagi crescendo de importância o atual traçado da rodovia que liga essa cidade a Sertãoópolis e Londrina, entendemos justa a reivindicação, do Prefeito Municipal e autoridades de Primeiro de Maio, no sentido de que a C.E.S.P., reexamine a possibilidade de não ser desviado o atual traçado da estrada citada.

Assim, consubstanciemos tais reivindicações no seguinte Requerimento que submetemos à consideração da Casa:

"Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado às Centrais Elétricas de São Paulo — C.E.S.P. — o escritório reiterando solicitação no sentido de serem prontamente efetuadas as indenizações dos imóveis atingidos pelo reservatório da Usina de Capivara, levando-se em conta na avaliação a fertilidade e a alta valorização das terras e que seja reexaminada a possibilidade de ser mantido o atual traçado da rodovia que liga a cidade de Primeiro de Maio à de Sertãoópolis e de Londrina".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente desejava agradecer sensibilizado as palavras dos Srs. Deputados que, desta Tribuna, manifestaram a sua adesão à indicação que S. Exa. o Sr. Governador do Estado acaba de fazer, indicando-me como seu Líder nesta Casa.

Devo, antes de tudo e acima de tudo, invocar a Deus clarividência, capacidade para que possa, no desempenho destas novas funções, corresponder a confiança principalmente dos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional, e também para que tenha clarividência a fim de dialogar ampla e francamente com os membros da ilustre Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Sei que será fácil conduzir-me nestas novas funções porque nunca faltou a confiança e o prestígio dos Nobres colegas. Tenho, como objetivo principal, a defesa dos interesses dos Srs. Deputados porque eles representam sempre os interesses da gente paranaense por quem todos lutam e para quem sempre buscamos atendimento justo, acompanhando naturalmente, como não poderia deixar de ser, o Governo do Estado naquilo que tem e pode dar no sentido de aprimorar as nossas instituições.

Os agradecimentos aos Srs. Deputados Erondy Silvério, Paulo Poli, Borsari Neto.

Desejo neste instante reafirmar, desta Tribuna, que pretendo manter com o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, o melhor dos entendimentos porque ambos pertencemos à mesma Bancada e temos os mesmos objetivos — dar ao Governador Emílio Gomes tranquilidade, prestígio, para que possa realmente executar aquele plano de obras a que se propôs, no sentido de desenvolver o Estado e colocá-lo no plano sempre melhor no conceito das demais Unidades da Federação.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o motivo que me traz à Tribuna é respaldado no Regimento Interno, e, ouvido o Plenário, desejo registrar um voto de aplausos e congratulações na Ata dos trabalhos de hoje, aos jornais "A GAZETA DO POVO" e "DIÁRIO DA TARDE", bem assim aos seus Diretores, redatores e ainda técnicos, pela aplicação de "deck" especial a cores nas edições dos referidos órgãos de comunicação. A iniciativa constituiu-se em pioneira no Estado do Paraná e a técnica moderna traduz o espírito despreendido e paranaense dos dirigentes daquelas empresas, dando à comunidade paranaense jornais à altura de sua real importância no contexto nacional.

A edição dominical da "GAZETA DO POVO" patenteou, mais uma vez o pioneirismo do matutino ao aplicar e adotar as mais recentes conquistas da indústria gráfica. Desta forma a "GAZETA DO POVO" vem contribuir como já o tem feito durante meio século de sua existência, para o aprimoramento da cultura do nosso povo, que, através dos seus representantes na Assembleia Legislativa reconhece o trabalho pioneiro e patriótico.

Para a magnífica edição, a empresa colocou a serviço da imprensa uma das mais modernas máquinas, a "Goss Urbanite", composta de quatro grupos, acrescida de um "deck" especial a cores e dos sistemas de confecção e montagem dos folhetos coloridos que vem demonstrar, perfeitamente, o esforço da "GAZETA DO POVO" e "DIÁRIO DA TARDE" em entregar ao Paraná e à sua gente jornais à altura de seu vertiginoso desenvolvimento.

Está assim de parabéns a Direção da "GAZETA DO POVO" e do "DIÁRIO DA TARDE", na pessoa do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho e esta Casa de Leis registra o seu reconhecimento pelo esforço que de certa forma virá beneficiar todos os setores da vida paranaense. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados, era nosso propósito, no dia de hoje, fazer um pronunciamento fixando nossa posição em função da nova equipe, que assume o comando administrativo no Estado do Paraná. No entanto ficaremos mais à vontade para dá-la no Grande Expediente, numa próxima oportunidade, já que hoje os companheiros inscritos falarão todo o tempo do Grande Expediente.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados para fazer um apelo à Secretaria de Segurança Pública no Estado do Paraná, já que a população de Londrina lamentavelmente vive momentos de apreensão e irritabilidade com o trágico, cruel, brutal e bestial crime acontecido nos últimos dias, quando duas missões foram brutalizadas e assassinadas por indivíduos, verdadeiras bestas humanas.

A nossa passagem pela Tribuna não é para narrar o crime, a nossa passagem por esta Tribuna, tem um significado. De alertar as autoridades, porque mais uma vez ficou comprovado que o órgão policial de Londrina é deficiente é insuficiente, para atender as necessidades de uma grande cidade, de uma grande Região. O próprio Governo do Estado num levantamento verificado recentemente afirma que Londrina, o maior centro populacional do Estado, reunindo em torno de si o maior número de habitantes superando até mesmo a Capital, é de se esperar portanto, que o atendimento governamental num setor de tão relevante importância como a Segurança Pública seja em consonância com a grandeza da Região, e lamentavelmente isso não vem acontecendo. Não é o primeiro crime que permanece envolto em mistério, até parece que a Polícia de Londrina nada descobre. Não é o primeiro crime que teve requintes de brutalidade, com características animalescas.

Não é o primeiro crime também que permanece envolto em mistérios sem se cumprir as responsabilidades, sem se condenar os criminosos. Por esta razão, sr. Presidente e Srs. Deputado, esperando que o sistema adotado pela Liderança do Governo até a presente data, tenha continuidade com o Líder do Governo, levando aos setores do Estado, as sugestões, as críticas, os apelos dos Srs. Deputados. Fazemos desta Tribuna um apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública para que olhe por Londrina e para as regiões circunvizinhas, com a atenção que Londrina e a Região merece.

Nós teremos que, lamentavelmente, se providências não forem tomadas neste sentido, de adotar o organismo policial de Londrina, do material técnico necessário, teremos que, lamentavelmente, responsabilizar as autoridades dos setores responsáveis pela segurança pública do Estado, teremos que responsabilizá-las pelos crimes barbaramente cometidos no Município de Londrina e em toda Região. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tentarei ser breve, bastante objetivo, porque apenas três ou quatro minutos me restam no Pequeno Expediente.

Sr. Presidente, quase nada, poderemos acrescentar em tudo aquilo que os Nobres Deputados que nos antecederam falaram nesta tarde, de assuntos que realmente deveriam ser abordados.

Em primeiro lugar, pelo primeiro encontro oficial que toda a Bancada Arenista teve com o Sr. Governador do Estado, num propósito de uma abertura política em nosso Estado. Todo o Brasil, como bem disse o Nobre Deputado Erondy Silvério, nos observa, nos olha, desta experiência, desta abertura política. Deus queira que como homens públicos que somos, saibamos ter aquele senso de responsabilidade, para que esta experiência dê certo no Paraná, e que possamos ver não só em nosso Estado, mas em todos os Estados da Federação Brasileira, a abertura política tão desejada por todos os homens públicos.

Em segundo lugar, desejamos nos congratular com a indicação do Nobre Deputado Ivo Tomazoni para a Liderança da Bancada do Governo. Sr. Presidente, certamente, saberá o Nobre Líder, hábil como é, respeitar seus liderados para que por eles sejam respeitados.

Nós estaremos aqui para ouvi-lo, na certeza de que ele será o porta-voz do Governo.

E, em terceiro lugar, Sr. Presidente, também não podíamos deixar nesta oportunidade, de fazer nossos sinceros agradecimentos ao Ilustre e Nobre Deputado João Mansur, quando no exercício do Poder Executivo.

Foi o prestígio desta Casa muito bem representada na pessoa do Nobre Deputado Presidente João Mansur, que durante 70 dias se houve nesta condição com a maior dignidade.

Sr. Presidente, no decorrer de todos os seus trabalhos, todos os Deputados foram atendidos; as mais justas reivindicações levadas até o Poder Executivo. Durante este período tivemos oportunidade de encaminhar, juntamente com o Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores de Londrina, um memorial a S. Exa. mostrando a gravidade do escoamento das safras agrícolas paranaenses. Estamos praticamente ruma entre-safra e as concessionárias não têm condições suficientes para este escoamento. Fazia naquela oportunidade, então um apelo veemente a S. Exa. para que junto ao Ministro da Indústria e Comércio, Antônio Delfim Neto e junto ao Ministro da Chevrolet, etc., para que dessem uma atenção toda especial a este Estado eminentemente agrícola, para que tivesse condições de escoar a sua produção para abastecer, não só o Estado, mas todo o Brasil.

Sr. Presidente, com satisfação recebemos hoje de S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Em mãos, o ofício que o então Governador João Mansur enviou a estes dois ilustres Ministros.

Hoje, então, aproveito a oportunidade para levar ao Sr. Governador do Estado, um apelo que já o fiz pessoalmente e o faço agora, através desta Assembleia, para que ela prossiga neste contacto já iniciado pelo Governador João Mansur, quando em exercício a fim de que estes dois Ministérios intercedam junto à estas fábricas de caminhões, para que o Paraná possa ser atendido nas suas reivindicações.

O nosso Requerimento, está assim redigido: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Emílio Gomes, formulando apelo para que S. Exa. determine o prosseguimento dos contactos iniciados pelo Governador João Mansur, junto aos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, conforme of. de n.º 275-73 (anexos), com a finalidade de se obter a interferência destas autoridades junto às fábricas de veículos a fim de que seja dado um atendimento mais rápido às concessionárias das regiões agrícolas do Estado que hoje se vêem em premente situação pela dificuldade de escoamento de suas safras.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA: A Cooperativa Londrinense de Cafeicultores fez entrega de Memorial ao Governador João Mansur, expondo-lhe as sérias dificuldades de escoamento de nossas safras agrícolas, face à demora no atendimento da entrega de veículos pelos fabricantes. De posse do documento e considerando a nova política de preços mínimos, o então Governador iniciou trabalho junto às autoridades federais competentes com vistas a uma solução. Vimos então propor que se encaminhe este apelo ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para que S. Exa. tomando conhecimento do afilivo problema, prossiga com as demarches iniciadas".

Solicitamos, nesta oportunidade, também que a imprensa do Paraná que hoje nos houve, ajude o Governador neste apelo que faz às Autoridades Federais para que se consiga resolver este problema, que se encontre uma solução para este angustiante problema, para o Estado que é eminentemente agrícola.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sejam as minhas primeiras palavras de cumprimento ao Nobre Deputado Ivo Tomazoni, representante da minha Região, pela sua investitura no honroso cargo de Líder do Governo nesta Casa, de cumprimentos também ao Governador pela felicidade da escolha porque ela recaiu, sem dúvida alguma, num Parlamentar com uma folha de serviços conhecida de todos e das

mais valiosas, toda ela dedicada aos interesses deste Póer e do povo paranaense. Sei que é homem de diálogo, cordição, aliás, imprescindível para o bem desempenho da sua difícil missão nesta Casa.

Está o Governo de parabéns com sua Liderança e da mesma forma a Bancada da ARENA tendo nesta Casa a representá-la, este jovem que marcará e deixará gravado nos Anais da Casa a presença de um dos mais puros parlamentares que por aqui passaram, homem de formação independente e que com sua representação honrará a Bancada da ARENA, que é o Deputado Luiz Roberto Soares.

Sr. Presidente, eu temo que esta Casa, na Sessão de sexta-feira última tenha dado uma contribuição ao segundo volume do delicioso "Folclore Político", coletânea do jornalista Sebastião Nery. Nele talvez esta Casa venha a figurar, quando indicou uma Comissão para participar ao Sr. Emílio Gomes que ele havia sido eleito Governador do Estado do Paraná.

S. Excelência, ao receber a notícia, por certo deve ter ficado muito comovido e emocionado.

Justifica-se a ironia nos dias que correm. Sr. Presidente, com os versos do poeta francês que nela vê "o amor próprio do espírito sorrindo, o pudor da razão diante da vida". Hoje, sem dúvida, a ironia é uma das melhores formas de expressão.

Mas aqui, Sr. Presidente, me encontro para, em breves palavras, dizer das razões de uma ausência — de minha ausência — no Plenário desta Casa, quando da Sessão que homologou o nome do Sr. Emílio Gomes para o Governo do Estado. Sei que causou estranheza o fato de oito Deputados de minha Bancada se absterem de votar e apenas este Deputado assim não proceder, retirando-se no momento da votação.

Da Tribuna foi lido um documento pelo Líder de minha Bancada, o Deputado Maurício Fruet e que reúne as razões da abstenção. Reune ele os princípios de ordem filosófica, jurídica e institucional que ditam, em grande parte, o procedimento nacional do MDB. Ignora a existência do Sr. Emílio Gomes e de seu Governo, o que, aliás, ocorre com a maioria do povo paranaense que desconhece a quem foi entregue o Governo do Estado.

Embora subscrevendo o documento "a posteriori" — e não poderia deixar de fazê-lo, uma vez que traduz o pensamento nacional de meu Partido — possuía eu razões outras, distantes da doutrina, mais materiais e ligadas ao conhecimento antecipado que tinha do Governo do Sr. Emílio Gomes, impedando sobre o meu procedimento.

Desta forma, constitui-se a abstenção na posição legítima daqueles companheiros cuja atitude face ao Governo que se instalava era ditada apenas pelos princípios contidos no manifesto. Abster-me, portanto, seria dizer o mesmo, quando, na realidade, as determinantes de minha conduta com relação ao Governo do Sr. Emílio Gomes não se exauriam no documento lido, iam além dele, e serão expostas no correr da presente Sessão legislativa.

Daí decorre...

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a minha ausência do Plenário, no momento da votação.

E os acontecimentos posteriores vieram dar-me razão. Os que leram os jornais de sábado — "Gazeta do Povo", "Diário do Paraná", etc. — neles encontraram o seguinte:

"A atitude da Bancada de abster-se de votar, foi decorrência natural de uma tese nacionalmente defendida pelo MDB".

Está absolutamente certa a Imprensa. A abstenção, nos termos do documento lido, foi decorrência natural de uma tese nacional do Partido, já que o manifesto em nada se refere ao Governo que se instalava no Paraná. Abster-me, também estaria agora abrangido pelas razões publicadas. Eu não posso, não quero e não devo estar incluído, pois toda a minha Bancada sabe — e o Povo do Paraná irá sabê-lo mais à frente — que, além "de uma tese nacional do Partido", motivos da maior gravidade separaram-me do Governo do Sr. Emílio Gomes, os quais, por si só, já determinaram a minha posição contrária ao novo Governo.

No correr da presente Sessão legislativa, já o disse anteriormente, desenvolvi as minhas razões para melhor conhecimento do povo paranaense. Por enquanto apenas quero afirmar — e como gostaria de estar enganado — que ao final do presente período governamental o Paraná relembra saudoso os tempos de outros governos.

Portanto, quero que conste nos Anais desta Casa, a minha ausência de Plenário, teve o sentido moral de um voto NÃO dado ao Governo do Sr. Emílio Gomes".

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Sessão e neste momento em que tanto se fala do novo Governo, do novo Governador, gostaria de deixar aqui registrado, publicamente, como homem da Oposição, para minha homenagem ao que até então governou o Paraná, ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Quero registrar a minha homenagem a sua memória. Porque, se não puder —, e não teria mesmo condições de elogiar seu Governo dificultado por fatos que todos conhecem —, resta-me homenagear o homem honrado, o homem decente, e exemplo de cidadão paranaense; exemplo de dignidade e honestidade pessoal.

Ao prestar esta homenagem, apenas desejo que seu exemplo de dignidade, de honradez e de honestidade pessoal, sirva para orientar os que o sucederem. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de encaminhar à Mesa um Requerimento no qual solicito a consignação, na Ata de nossos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo trágico e brutal assassinato do jovem Milton Correia da Silva, que teve sua vida ceifada em face de sua luta contra o tráfico de tóxicos e no intenso trabalho para recuperação dos viciados.

Sabemos que a Polícia toda está mobilizada para desvendar esse misterioso caso. Não queremos entrar no mérito da questão, mas o que queremos é chamar a atenção das autoridades para o grave problema dos traficantes e viciados aqui em nossa Capital.

Recentemente quando se realizou aqui em Curitiba o Congresso Nacional de Jovens promovido pela Igreja Evangélica Quadrangular, foi convidado o Delegado de Entorpecentes para proferir uma palestra sobre os tóxicos a um grupo de 400 jovens, entre rapazes e moças.

Nessa oportunidade, o Delegado Especializado fez inúmeras afirmações, declarações estereotipadas. Disse-nos ele que Curitiba está hoje infestada de traficantes em todas as camadas sociais, — traficantes especializados que se dedicam a ampliação do mercado, principalmente entre a juventude inexperiencede, entre a juventude menos desavisada, entre os estudantes, entre os trabalhadores.

Como todos sabemos este é o mal do Século porque os países que pos-

suem uma desenvoltura maior que o nosso chegam mesmo a liberar o uso dos tóxicos e das drogas, ficando os viciados para que se elimine do meio social, o traficante que é, inevitavelmente, o elemento mais pernicioso que, através do dinheiro e do comércio, procuram lançar a humanidade, parte da juventude, na desgraça e na miséria.

É o caso típico da Inglaterra onde a Polícia Especializada cadastra todos os jovens viciados. Somente em Londres existem cerca de dez mil cadastrados que podem obter à hora que quiserem as drogas nas farmácias e Postos de Saúde do Governo. Esses jovens tem seus dias contados. Está comprovado que iniciado o vício aquele ser humano terá, no máximo, dez anos de vida. Assim é que jovens de 15, 17 anos, somados os dez anos estarão indo para a sepultura aos 25, 27, no máximo aos 30 anos. É um problema que tem chamado a atenção de todos os estudiosos do assunto do mundo.

Lamentavelmente, este problema começa a crescer em Curitiba, chegando ao ponto de já se tramam contra a vida daqueles que se propõem e realizam trabalhos de recuperação junto aqueles infelizes que se encontram na senda da auto-destruição.

Assim é que, nós que estudamos o problema e temos procurado auxiliar a nossa juventude, auxiliar aqueles que já tenham enveredado na fase inicial para a senda do vício, sabemos que tá três fases distintas para o toxímano; a primeira fase chamada fase das alucinações, dos euforismos; a segunda fase que é a fase do delírio e a violência, e a terceira, a fase da irresponsabilidade e loucura.

Lamentavelmente, podemos dizer, segundo as declarações que nos foram prestadas pela Delegacia de Entorpecentes, que Curitiba possui um índice já bastante elevado daqueles que estão na sua fase inicial e sucessivas.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. está abordando hoje, nesta Casa, um assunto dos mais sérios, e eu entendo que o Poder Legislativo deve incorporar-se a esta batalha das autoridades, contra o uso dos tóxicos, principalmente contra os traficantes.

Nós temos acompanhado o trabalho da Delegacia de Entorpecentes e, dentro dos parcos e limitados recursos de que dispõe aquela especializada, o combate vem sendo feito de u'a maneira incipiente. Está em tempo do Governo, que já tem uma legislação especificada para a matéria, dar maiores recursos à delegacia especializada, a fim de encetar uma campanha violenta, principalmente, contra os traficantes. V. Exa. tem razão no seu pronunciamento, aliás revestido de todo brilhantismo e propriedade, quando aborda tal assunto e, desde já tem V. Exa. nossa solidariedade. Acho que todos os demais Deputados devem incorporar-se a essa luta das autoridades não, principalmente, contra o viciado porque o viciado nada mais é do que um infeliz, um enfermo, deve ser tratado com carinho, para a sua recuperação, mas sim e principalmente contra os traficantes. Acho mesmo que neste País onde a pena de morte tem sido discutida por diversas vezes porém tem encontrado defensores, a pena de morte deveria ser implantada, especialmente para os traficantes de tóxicos porque estão destruindo a mocidade e estão destruindo lares, estão destruindo reputações, estão destruindo a própria esperança da Nação que é esta mocidade, que tem o encargo de dirigir os destinos da Pátria, dentro de muito pouco tempo. Portanto a legislação deve ser ainda mais severa, e o Governo, que dispõe de meios assim discriminatórios, deve implantar a pena de morte no Brasil para os traficantes de tóxicos.

Esta é a minha opinião pessoal, eis que, é só matando essa gente que se pode eliminá-los da sociedade. Podem chamar-me de anticristão ou qualquer outra coisa, mas, para essa espécie de crime será esta a única forma de resolver o problema é a condenação à morte, dos traficantes de tóxicos.

Esta é a minha opinião.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Realmente, nós já estudamos o problema, Nobre Deputado Erondy Silvério. Sabemos que quando o viciado chega aos limites da violência, à loucura — os médicos que aqui se encontram poderão referendar o que dizemos, porque esta é a opinião de grandes médicos do assunto — não há mais recuperação para esse tipo de viciado, e ele está em condições, devido às suas reações imprevisíveis, sujeito a assassinar qualquer pessoa que encontre: seu pai, sua mãe, seu irmão, porque ele não tem mais discernimento das coisas. E realmente, quando se chega a uma soma, ao quociente mais elevado de elementos que estejam atingindo esses limites, não sabemos o que será de nós, o que será de nossos filhos, o que será enfim, de qualquer pessoa que esteja nas proximidades de um desses elementos.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Igo Losso, eu me congratulo com V. Exa. por esse pronunciamento que faz, nesta Casa, no dia de hoje, bem como com o aparte que foi dado a V. Exa., pelo Nobre Deputado Erondy Silvério que também abordou esse grave problema do tóxico, problema, como V. Exa. está bem definindo da Tribuna, que está matando a família brasileira.

No pronunciamento do Nobre Deputado Erondy Silvério, ele falou inclusive sobre a pena de morte para esses traficantes que causam um mal terrível à população brasileira, e que iniciam viciando inocentes crianças e jovens, como V. Exa. tem conhecimento que estão sendo viciados, pelos meios mais indignos.

Eu como religioso e católico que sou, não poderia falar na pena de morte, mas nos dias que correm e as notícias dos jornais, televisão e rádio deixam a gente revoltado. Chego mesmo a pedir perdão a Deus quanto ao pensamento violento que a gente tem de reação, em ver o que está ocorrendo hoje em nossa capital. Tenho conversado com agentes da Delegacia de Entorpecentes inclusive da DOPS, e constatei a verdadeira barbaridade que ocorre hoje em nossa Capital. Parece até filme policial, coisas inconcebíveis, que a mente humana não chega a conceber o que vem ocorrendo com relação ao grave problema de tóxicos. E eu, me estendendo um pouco no aparte que estou dando a V. Exa., daria como sugestão a esta Assembléia, que solicitasse, que aqui comparecesse para fazer uma explanação sobre o grave problema de tóxicos o Coronel Pulido e outros diretores da LICOPAR, para que aqui viessem fazer um pronunciamento de alerta à população do Paraná, alerta a população brasileira, deste grave problema que está afligindo toda família paranaense. E neste aparte que dou a V. Exa. daria esta sugestão à Mesa desta Casa, para que convidasse, o mais breve possível, o Coronel Pulido, para que viesse a esta Casa fazer uma palestra sobre este assunto tão grave e tão triste que vem ocorrendo com a nossa população. Cumprimento pois a V. Exa. como cumprimento o Nobre Deputado Erondy Silvério no seu aparte, porque a nossa finalidade aqui também, é de preservar e zelar pela saúde e pela felicidade das nossas famílias. Muito obrigado. Cumprimento mais uma vez V. Exa. por tão brilhante pronunciamento.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o brilhante aparte, Nobre Deputado Braga Côrtes. E quero dizer que é oportuna a sua sugestão, para que convidemos também o Delegado de Entorpecentes, que possui material de bastante importância, para que todos os srs. Deputados os conheçam. Aliás,

quando ele teve a oportunidade de realizar esta conferência para jovens, nos disse, que na Capital do Estado, a incidência é bem maior e que no interior esta incidência já se começa a sentir. Muitos dos Nobres Deputados que também representam o interior podem conhecendo as técnicas usadas por estes traficantes, tomarem desde já as medidas para prevenir as famílias, os nossos conicidãos, o povo paranaense e em especial a juventude a fim de se evitar a proliferação em muitos municípios que ainda não foram atingidos por tão grave problema.

O sr. Emilio Carazzai — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para colaborar com as palavras proferidas neste Plenário, eu não quero me alongar, quero apenas na posição de médico, expender a minha opinião num assunto que eu considero de grande importância, não só para o nosso Estado, mas para o Brasil todo. Mas apenas queria na continuidade do meu aparte dizer a V. Exa. que já vão ser convocados alguns homens inteirados do assunto para se pronunciarem sobre esse problema tão grave, tão importante. Gostaria de lembrar que poderíamos convocar também através de V. Exa. Paulo de Tarso de Monte Serrat, que acredito seja uma autoridade no assunto.

Era o meu aparte.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte do Nobre Deputado Emilio Carazzai que acresce assim ao convite mais uma autoridade no assunto, uma autoridade médica e além de tudo é psicólogo de renome Nacional, para que ele aborde este aspecto do problema.

De forma que nós nos alegramos em ver nesta tarde, que a Assembléia Legislativa está também preocupada em somar o seu poderio, a sua força, à comunidade paranaense para que todos juntos trabalhem no sentido de salvaguardar as nossas próprias famílias. Porque srs. Deputados as técnicas usadas para que a juventude descaem para o vício, são as mais diferentes possíveis. São até impressionantes; desde as picadas imperceptíveis, como balas recheadas, chicletes, perfumadores de hálito, pipoca e outros que não analisaremos porque iríamos nos alongar bastante.

Gostaria de relatar um episódio ocorrido recentemente em nossa Capital num colégio de caráter religioso, onde alguém ofereceu aos jovens, moças e rapazes de 12, 13, 15 anos um produto como se fora propaganda para que como namorados, como jovem, tivessem sempre um bom hálito: hálito perfumado. Aquelas crianças inocentes apanharam aquilo e os usaram. No dia seguinte, quase toda a turma estava acamada, com vômitos e indício de que alguma coisa havia de errado. O Diretor do Estabelecimento ao se aperceber procurou saber a causa; se estava na alimentação, na habitação ou outro fator qualquer e acabou descobrindo que a causa estava naqueles perfumadores de hálito, pequenas bolinhas que são vendidas comumente nas farmácias e que eram falsificadas, pois continham tóxicos. Foram as amstras... levadas à Polícia Federal e examinadas. Posteriormente, ali aquele Diretor, foi informado de que três, apenas três bolinhas seriam suficientes para criar dependência física ao tóxico. Observem os srs. Deputados a gravidade do assunto. Os nossos filhos que estudam nas escolas, ao receberem uma bola, uma propaganda, poderão estar recebendo alguma coisa que os levará para a desgraça e junto o nome da família, e o próprio futuro, que é de todos nós.

Nesta oportunidade apresentamos o voto de pesar pelo falecimento do jovem Milton Correia da Silva, que conhecemos bem de perto e sabemos que se tratava de moço dos mais altos princípios, que comungava conosco os mesmos princípios religiosos, que longe estava, pelo nosso conhecimento, de estar envolvido no sentido contrário aquele de procurar ajudar aqueles que estão enveredando para as sendas da desgraça e do vício.

Enquanto estamos acompanhando e observando com o maior interesse as diligências que estão sendo feitas pela política deixamos, nesta oportunidade em que fazemos este Requerimento, apresentando o voto de pesar, o alerta a esta Casa e também desde já nos alinhando entre todos aqueles que estão interessados em salvaguardar o bem estar de nossos jovens, de nossa família, de nossa sociedade.

Se não nos unirmos uma meia dúzia que realizará o trabalho, na certa, serão massacrados. É preciso que toda a comunidade esteja conscientizada e, como uma força só, façamos a nossa parte, protegendo a família, orientando os filhos, nossos afilhados nossos amigos e fazendo com que as autoridades tenham apoio material necessário ao combate que tanto se faz indispensável.

Quero agradecer os apartes a esta minha rápida passagem pela Tribuna e haveremos de oficializar os convites que aqui foram sugeridos, tendo a certeza de que esta Casa e os srs. Deputados estarão coletando os elementos necessários, participando e ajudando a comunidade que representam, a estar livre de tal problema. — (Sem revisão do orador).

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Pela ordem). Sr. Presidente, encontra-se na Casa, Mensagem de aumento ao funcionalismo público com um teto mingauado, de 15%. Ocorre, que também está em tramitação, há mais de dois anos Projeto de Lei de autoria do Deputado João Mansur que proíbe a participação dos lucros dos Diretores de Empresas de Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja o acionista majoritário. Foi aprovado em primeira, segunda discussão e quando da terceira, houve por bem algum Deputados requerer a sua retirada por trinta Sessões e estas já decorreram.

Desto forma, entendo que é uma época muito propícia para que este Projeto volte à apreciação da Casa, em terceira discussão para ser analisado o procedimento do Governo com relação ao funcionalismo público, e a relação aos Diretores de Companhias de Economia Mista.

Daí a razão de meu Requerimento verbal, que talvez não seja a melhor forma, mas se for necessário, encaminharei por escrito à Mesa, uma vez que decorridas 30 sessões venha a 3.a discussão o Projeto do Deputado João Mansur. Ele servirá analisado conjuntamente com o Projeto de aumento do funcionalismo público, para dar a exata dimensão da forma pela qual o Governo trata o funcionalismo público e os Diretores das grandes Companhias deste Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, srs. Deputados,

Submeto a apreciação dos srs. Deputados o seguinte Requerimento: "Amparado no Regimento Interno e após ouvir o Plenário, o signatário requer o registro nos Anais da Assembléia Legislativa, um voto de reconhecimento e gratidão ao Deputado João Mansur, pelo brilhante desempenho das funções de Governador do Estado, durante o Licenciamento do Prof. Parigot de Souza e no decurso do interregno, ocorrido com o passamento do Governador.

Nosso Estado descontraíu-se, o Paraná sorriu, o povo respirou ar otimista.

ta, porque sentiu a presença de um Governador líder, de um mandatário atuante. João Mansur Presidente da Assembléia, no exercício do Poder Executivo, em breve tempo conquistou a todos pela simplicidade, abriu perspectivas de uma linguagem comum, de diálogo entre Poderes, emprestou nova dimensão e contacto com Prefeitos e Líderes e que sempre as pautou pela franqueza e tranquilidade.

A figura humana do Governador em exercício ativou a todos entusiasmos, infundiu novo ânimo a quantos lutam pelo progresso, pelo desenvolvimento do Paraná, e querem vê-lo alçado em pedestal nobre, trabalhador e altaneiro, falando a linguagem dos bravos e que repelem a idéia de um Estado curvado pequeno, inexpressivo, despersonalizado.

A figura do político vilependiada, deturpada, sem espinha dorsal sentiu-se reabilitada nestes poucos dias por João Mansur. Homem público, guirdado a todos os cargos pela soberania do voto, sempre soube honrar a delegação e entendeu que o Poder é para servir e nunca para servir-se dele. Compreendendo o poder como vocação de dedicar suas energias, trabalho e inteligência em prol daqueles quem emana o mesmo e em prol deles deve ser exercido, o Presidente da Assembléia Legislativa demonstrou como deve ser posto em prática a verdadeira democracia.

O presente registro não visa louva-minhas, porquanto João Mansur não as precisa, nem as aceita, mas tem em mira fazer justiça e por isso exteriorizarmos, em nome daqueles que representamos os sentimentos que o Paraná viveu numa fase breve, é verdade mas significativa e demonstrativa de que o Estado do Paraná possui valores humanos e políticos. Colima registrar para a História, de que numa fase crítica, despida de perspectivas, houve uma réstia de luz e um raio de esperança, bem como uma nesga de fé.

Essa esperança e essa fé desabrocharam nessa nova fase que ora vivemos. Os mesmos sentimentos que vivia o Paraná à época de João Mansur, vive hoje. Emílio Gomes, homem simples, alçado à vida pública pelo voto popular, conhece as alegrias e as frustrações do povo. Apreendeu ao longo dos caminhos interioramos as aspirações que nossa gente nutre, conheceu os seu problemas, certamente, saberá distinguir entre as várias opções os caminhos mais acertados. Cremos que a esperança depositada, não só por nós político, mas pelos altos escalões da Nação, bem como pelo povo do Paraná, concretizar-se-ão, na sua gestão que lhe auguramos se ja grandiosa cheia de realização e que vejamos todos eufóricos um Paraná vertebrado altaneiro e personalizado".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, respondendo a Questão de Ordem levantada pelo Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, e de acordo com o artigo 132. do Regimento Interno, faz saber que não há necessidade de Requerimento escrito para a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto referido. No entanto fará a verificação para ver se já foram decorridos os 30 dias solicitados.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constantes do Expediente. — Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 50-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta cruzeiros), a Maria Araujo Maia, viúva de ex-Membro da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 107-73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-73, encaminhando anteprojeto de lei que isenta do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 110-73, de autoria do Dep. Antonio F.F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Morretes, 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 113-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 50-73, que encaminha anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao artigo 3.º da Lei n.º 6.210, de 2-8-71. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **COM EMENDA DE PLENARIO. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovada a Emenda — Em votação o Projeto. — Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 108-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um Curso de Jornalismo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 35-73, de autoria do Dep. Antonio Lopes Júnior, que proíbe a aquisição de veículos da categoria "luxo" para o Serviço Público Geral do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 101-73, de autoria do Dep. Quielse Crisóstomo da Silva, que enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independentemente de vagas ou concurso, o Funcionário Público Estadual que houver realizado com aproveitamento cursos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 17-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 18-73, que aprova Convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná — Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altonia, Adrianópolis Rondon; Barracão; Indianópolis; Cianorte e Sertãozinho, objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 18-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 19-73, que aprova Convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaucha; Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 264-68, de autoria do Dep. Jacinto Simões, que declara de Utilidade Pública, o Rotary Club da Cidade de Rio Negro. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 264-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública o Rotary Club da Cidade de Rio Negro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1968.

a) — Deputado Jacinto Simões

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de entidade que tem por objetivo servir ao Homem à Comunidade, à Pátria e à Humanidade, na subordinação constante do egoísmo ao Altruismo, pondo em prática o amor — base das soluções dos problemas do indivíduo e de quaisquer sociedades organizadas.

São muitos e inestimáveis os serviços que o Rotary Club de Rio Negro tem prestado a sociedade local, sendo por isso, justo que, em reconhecimento, se lhe declare no âmbito estadual de utilidade pública que é o que propomos com este nosso Plano de Lei.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 264-68

PARECER

1.) Visa o presente Plano de Lei de autoria do ex-Deputado Jacinto Simões, declarar de Utilidade Pública o Rotary Club de Rio Negro, com sede na cidade do mesmo nome.

2.) Pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à coletividade, pela forma desinteressada que atende aos necessitados do referido Município de Rio Negro, julgamos oportuna a iniciativa e assim sendo, é justo que se declare de Utilidade Pública a entidade em foco.

3.) Dadas as considerações expostas e pela justiça de que se reveste o projeto, somos pela sua **aprovação**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

aa) — Antonio F.F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Quielse Crisóstomo da Silva

Ovidio Franzoni

Ivo Thomazoni

Antonio Lopes Júnior.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 264-68

AUTOR: Deputado Jacinto Simões

SUMULA: Declara de Utilidade Pública o "Rotary Club da Cidade de Rio Negro".

PARECER

O presente Plano de Lei, de autoria do ex-Deputado Jacinto Simões, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o "Rotary Club da Cidade de Rio Negro".

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, já manifestou-se pelo acolhimento do Projeto, julgando oportuna a iniciativa.

Sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não há óbice que se lhe anteponha, pelo que opinamos pela **aprovação** do presente Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15-05-73.

aa) Quielse Crisóstomo da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Gilberto Carvalho

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 195-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **— Aprovado.**

Projeto de Lei n.º 195-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1971.

as. ilegível

JUSTIFICATIVA:

O Município de São Pedro do Paraná, é um dos Municípios mais progressistas de nosso Estado, concentrando uma vasta população estudantil.

Esclarecemos na oportunidade que a não criação da referida Escola, implicaria no deslocamento de inúmeros alunos para outros Municípios a fim de concluírem seus estudos, ocasionando desta forma sérios contratempos à população estudantil daquela Comuna, e mais obrigaria a grande maioria a desistirem dos estudos.

Pois como bem o sabemos, a principal meta do atual Governo Federal e Estadual, é a Educação, razão pela qual solicitamos o integral apoio dos nobres Pares, ao Projeto de Lei em apreço.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 195-71

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal, de grau secundário, na forma e como específica".

PARECER

1.) O Projeto ora em exame vem articulado e justificado, nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referida Proposição nada mais é do que simples autorização legislativa e não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada temos a contestar.

3.) Em face de tais considerações, opinamos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 30-XI-71

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 195-71

1. — Com o presente projeto de lei pretende o nobre Deputado Wilson Fortes autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário.

2. — A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela sua aprovação.

3. — Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que nosso parecer é também pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 195-71

PARECER

De autoria do nobre deputado Wilson Fortes, pretende-se pelo presente plano de Lei, criar na sede do município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar no próximo ano letivo.

Sobre o mesmo, já opinaram favoravelmente as Doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Entendendo justa e oportuna a medida pleiteada, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

a) Dep. Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 76-73, aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação do Complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos referidos Municípios. Pareceres favoráveis da C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 76-73

SÚMULA: Aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

PARECER

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 12-73, a presente proposição visa aprovar os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

A competência do Chefe do Poder Executivo é deferida pela Constituição Estadual em seu art. 47, Inciso IX, no que se refere a celebração de Convênios, cabendo a Assembléia Legislativa referendá-lo, na forma prescrita pelo Art. 22, Inciso VII, da mesma Constituição.

Para esse efeito propomos à consideração do Plenário o Projeto de Resolução que vai anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

MENSAGEM

12/73

Senhor Presidente.

Curitiba, 26 de fevereiro de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor,

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO DO NORTE
CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, com a finalidade de realizar a implantação do complexo de radiocomunicação integrado, auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através de provimento e infra-estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Oscar Fritche, Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — A Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 82/72, datada de 02-08-72, para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia de Polícia local, Sub-Delegacias dos Distritos Judiciários de Jurisdição do município, e respectivos veículos, de instalações dos serviços de radiofonia e telegrafia, cujas especificações e tipos serão objeto de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em eletrônica e Telecomunicações do Gabinete da SESP;

CLÁUSULA SEGUNDA — Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal, passarão a fazer parte do patrimônio da Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos necessários forem para completar as Sub-Delegacias de Polícia no interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para uso nos veículos da Polícia Judiciária;

CLÁUSULA TERCEIRA — Caberá à Polícia Civil, da SESP, fornecer o pessoal especializado para manutenção e operação dos serviços de rádio;

CLÁUSULA QUARTA — O Serviço de Radiocomunicação servirá para fins normais de comunicação entre a Delegacia de Polícia local, com a sede da Subdivisão Policial, e outras Delegacias, ou demais órgãos públicos, entre aquele órgão e veículos da Polícia Judiciária;

CLÁUSULA QUINTA — A Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, terá acesso ao uso de serviço de rádio, nas eventuais necessidades administrativas, bem como, será utilizado para a municipalidade, em caso de calamidade pública, catástrofe, doença ou qualquer emergência;

CLÁUSULA SEXTA — Os aparelhos tratados neste ajuste, serão instalados na Delegacia de Polícia, Sub-Delegacias e respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos, e não poderão ser retirados sob nenhum pretexto, do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidade diversa da prevista no presente convênio;

CLÁUSULA SÉTIMA — Este convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado, quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo, médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 08 de novembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Oscar Fritche — Prefeito Municipal de Paraíso do Norte

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Jussara, Estado do Paraná com a finalidade de realizar a implantação do complexo de radiocomunicação integrado, auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através de provimento e infra-estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e setenta e três no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Geraldo Scramin, Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, resolveram mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — A Prefeitura Municipal de Jussara, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 313/72 de 30-12-72, para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia de Polícia local e respectivos veículos, de instalações dos serviços de radiofonia e telegrafia, cujas especificações e tipos serão objeto de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em eletrônica e Telecomunicações do Gabinete da SESP;

CLÁUSULA SEGUNDA — Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal, passarão a fazer parte do patrimônio da Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos necessários forem para completar as Sub-Delegacias de Polícia no interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para uso nos veículos da Polícia Judiciária;

CLÁUSULA TERCEIRA — Caberá a Polícia Civil, da SESP, fornecer o pessoal especializado para manutenção e operação dos serviços de rádio;

CLÁUSULA QUARTA — O Serviço de Radiocomunicação servirá para fins normais de comunicação entre a Delegacia de Polícia local, com a sede da Subdivisão Policial, e outras Delegacias, ou demais órgãos públicos, entre aquele órgão e veículos da Polícia Judiciária;

CLÁUSULA QUINTA — A Prefeitura Municipal de Jussara, terá acesso ao uso do serviço de rádio, nas eventuais necessidades administrativas, bem como, será utilizado para a municipalidade, em caso de calamidade pública, catástrofe, doença ou qualquer emergência;

CLÁUSULA SEXTA — Os aparelhos tratados neste ajuste, serão instalados na Delegacia de Polícia, Sub-Delegacias e respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos, e não poderão ser retirados sob nenhum pretexto, do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidade diversa da prevista no presente convênio;

CLÁUSULA SÉTIMA — Este Convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado, quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo, médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 19 de janeiro de 1973

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Geraldo Scramin — Prefeito Municipal de Jussara - Pr.

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-73

O Projeto de Resolução em exame, ratifica os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos municípios.

Do ponto de vista financeiro, que a esta comissão cabe examinar, o Projeto está em condições de ser aprovado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-73 — EX-PROPOSIÇÃO N.º 76-73

1 — O objetivo da presente proposição, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 12-73, encaminhando a este Poder Legislativo, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, para implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

2 — Este plano de lei já examinado pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ofereceram pareceres favoráveis quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro.

3 — Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, a solicitação formulada merece a nossa APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-4-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 77-73

SÚMULA: Aprova os termos do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

PARECER

A Proposição ora enfocada, tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 13-73, objetivando aprovar os termos do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, com a finalidade de construir o prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

A proposição é escorreita, tanto formal como jurídica e constitucional-

mente, pois, está elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX da Carta Estadual e a competência revisora do Legislativo emana do art. 22, inciso VII da mesma Constituição.

Assim, opino pela APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo. E o parecer.

Sala das Comissões, em 25-4-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

MENSAGEM

13-73

Curitiba, 26 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, com a finalidade de construção do prédio da Delegacia de Polícia local.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Paraná, e o Senhor Doutor Euclides Marcolla, Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, resolveram mediante as cláusulas do presente convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — A Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, consoante a autorização e doação outorgadas pela Lei Municipal n.º 131, datada de 06-09-68 e Lei Municipal n.º 162, datada de 08-12-69, procederá a realização de obras do prédio da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA SEGUNDA — As referidas obras consistirão na construção do prédio, a fim de servirem para cadeia pública.

CLÁUSULA TERCEIRA — A Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, contribuirá com 50% (cincoenta por cento), do total das despesas dessas obras ficando os outros 50% (cincoenta por cento), por conta da Secretaria de Segurança Pública, pela verba delegada ao D.E.E.O.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 23 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Euclides Marcolla — Prefeito Municipal de Telêmaco Borba

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-73

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ex-proposição n.º 77-73 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido município.

PARECER:

A presente proposição não fere dispositivo de ordem financeira, trata-se de mera autorização legislativa. A matéria devidamente articulada e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, merece a nossa aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-73

SÚMULA: Aprova os termos do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

PARECER

O presente Projeto de Resolução ora em exame por esta Comissão, já recebeu em sua devida oportunidade pareceres favoráveis das Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Quanto ao aspecto que a esta Comissão cabe examinar, ou seja, propostas do Governador do Estado referentes à fixação da Polícia Militar e à sua modificação, assim como todos os assuntos que interessem à ordem e à segurança pública, não há nenhum obstáculo que se lhe anteponha tratando-se de mera autorização legislativa objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

Assim sendo, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Marciano Baraniuk

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 102-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-73

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local a manutenção e conservação dos mesmos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 1973

(Assinatura Ilegível)

Presidente

Igo Iwant Losso

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 102-72

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 27-73

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Encaminha cópia do convênio celebrado em 23-2-73, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local, manutenção e conservação dos mesmos.

PARECER

A mensagem governamental n.º 27-73, encaminha cópia do convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Xambê, através da Secretaria de Segurança Pública, em 23-2-73.

Estes convênios já em execução tem trazido uma substancial melhoria na segurança do povo que precisa urgentemente ser melhorada não só em equipamentos como também em pessoal.

Assim, a mensagem está revestida das formalidades legais, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1973.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

Igo Iwant Losso

Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

MENSAGEM

27/73

Senhor Presidente:

Curitiba, 22 de março de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBÊ

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 23 dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes os Senhores Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Aristoteles Coelho Rosa, Prefeito Municipal de Xambê, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-7-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção de ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de

13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros de apuração de infrações e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Xambê, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta ou longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de empiementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica Municipal, conjuntamente com a Delegacia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autorização signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 23 de fevereiro de 1973

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Aristoteles Coelho Rosa

Prefeito Municipal de Xambê

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-73

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ex-proposição n.º 102-73 — Aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos.

PARECER:

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar, não encontramos nenhum impedimento. Trata-se de mera autorização legislativa, razão pela qual somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

(Assinatura Ilegível)

Presidente

(Assinatura Ilegível)

Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-73

SUMULA: Aprova os termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

PARECER

O objetivo do presente Projeto de Resolução, ora em exame por esta Co-

missão, é aprovar os termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Referido Projeto de Resolução já recebeu pareceres favoráveis das Doutras Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Não havendo nenhum impedimento que se lhe possa antepor no aspecto referente ao exame desta Comissão, por tratar-se de aprovação de Convênio objetivando equipar a Delegacia de Polícia do mencionado Município e ao mesmo tempo a manutenção e conservação dos mesmos, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Assinatura Ilegível)

Presidente

Nelson Buffara

Relator

(Assinatura Ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Ofício firmado pelo Sr. Governador do Estado, indicando o nome do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, para Líder do Governo junto a esta Casa. — A Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela composição do seu secretariado, entre eles destacam-se o Professor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho e o Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kalil Façal, ocorrido em Primeiro de Maio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Antônia Froes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a Direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 139-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando que seja suspensa a Sessão, bem como do Expediente, dia 15, data consagrada à Assunção de Nossa Senhora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que sejam tomadas providências com relação a atuação precária em que se encontra a Escola de Aplicação "Maria Montessori" de Umuarama. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE FINANÇAS

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo informações sobre a construção da ponte de concreto sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga Umuarama-Alto Piquiri-Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tito Rodrigues. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Obras Públicas, no sentido de que as obras de construção de dois prédios escolares, em Umuarama, sejam concluídas em tempo de serem utilizados pelos que necessitam de vagas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Diretor Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo, "Cesp", solicitando reexame no projeto de localização da ponte a ser construída no Rio Jacú, ligando os Municípios de Primeiro de Maio e Sertãozinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando votos de louvor e aplauso ao Sr. Deputado João Mansur, Presidente deste Poder, pela maneira altamente eficaz e marcante, quando por duas vezes governou nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar o prosseguimento dos contatos iniciados anteriormente, junto aos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, com a finalidade de se obter a interferência destas autoridades junto às fábricas de veículos a fim de que seja dado um atendimento mais rápido às concessionárias das regiões agrícolas do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que digne determinar a realização de estudos visando construção de uma Ponte sobre o Rio da Varzea, na estrada que interliga os Municípios de Rio Negro-Lapa e Antonio Olinto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja determinado pelo Sr. Secretário da Segurança Pública, a elaboração de um esquema de segurança permanente para a sede da Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico — Licopar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de que sejam tomadas providências

visando a conservação na Rodovia Estadual PR-14. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Editora "O Estado do Paraná Ltda." brilhante expressão da imprensa escrita do País, mercê sua moderna aparelhagem, seletor e correto corpo redatorial, admirável estrutura administrativa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações, aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário da Tarde", bem assim aos seus diretores e redatores e ainda aos técnicos pela aplicação de "deck" especial a cores nas edições dos referidos órgãos de comunicação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Superintendente do "Ipase" pela magnífica orientação administrativa que vem imprimindo neste órgão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de reconhecimento e gratidão ao Sr. Deputado João Mansur pelo brilhante desempenho das funções de Governador do Estado, durante o licenciamento do Professor Parigot de Souza. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente às Centrais Elétricas de São Paulo — C.E.S.P., no sentido de serem prontamente efetuadas as indenizações dos imóveis atingidos pelo reservatório da Usina de Capivara. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo trágico desaparecimento do jovem Milton Correia da Silva. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica aos srs. Deputados que fica transferida a Sessão Extraordinária marcada para amanhã, para quinta-feira, dia 16, às 14,00 horas.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira dia 16 à Hor Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.º 108-72, 35-73, 101-73; 17-73 e 18-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 264-68, 195-71; 24-73; 31-73; 32-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.º 271-71 e de Resolução n.º 37-73 Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Instrução Pública

3.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura

Ata da 3.a Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Rosário Pitelli e Alvaro Dias. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 48-72 — De autoria do senhor deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no bairro do Aeroporto, cidade de Londrina e dá outras providências. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 215-69 — De autoria do senhor deputado Fuad Nacil, que cria em Entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 108-72 — De autoria do senhor deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá um Curso de Jornalismo. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 89-72 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar um Curso Científico, no Ginásio Estadual do município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 186-72 — De autoria dos senhores deputados Jorge Sato e Lázaro Dumort, que autoriza o Poder Executivo, estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palottiz, da cidade de Mandaguari. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 3-72 — De autoria do senhor deputado Mauricio Fruet, que denomina "Deputado Olivio Belich", um dos grupos escolares desta capital. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 170-72 — De autoria do senhor deputado Francisco Escorsim que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Iolanda, município de Ubiporã. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 93-72 — De autoria do senhor deputado Odilon Reinhardt que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada do Oeste, município de Cascavel, autorizando igualmente construir através da S.V.30.P., o prédio para funcionamento do referido Ginásio e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 252-71 — De autoria do senhor deputado Quilse Crisóstomo da Silva que autoriza o Poder Executivo, construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para funcionamento do Ginásio do município de Bocaiuva do Sul, e dá outras providências. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 195-71 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 271-71 — De autoria do senhor deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar um Curso Ginasial no Distrito de Fernão Dias, município de Munhoz de Melo. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 109-71 — De autoria do senhor deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, incorporar ao Sistema Estadual de Ensino Primário, o Curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta capital. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. **Aprovado.** PROJETO DE LEI N.º 24-73 — De autoria do Poder Executivo, mensagem n.º 21-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos em comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º grau, na Rede Estadual de Ensino. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária,

lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR — Presidente
a) MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária

Comissão de Redação
7.a Legislatura 3.a Sessão Legislativa
Ata da 15.a Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 116-71 — de autoria do deputado Odilon Reinhardt, que estadualiza o Ginásio Cinecista de Santa Tereza. Município de Cascavel. PROJETO DE LEI N. 172-72 — de autoria do deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública a Associação de Musicoterapia do Paraná, desta Capital. PROJETO DE LEI N. 207-72 — de autoria do deputado Arizone Araujo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que, partindo de Realiza passa pelo Município de Leônidas Marques, digo, Capitão Leônidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel. PROJETO DE LEI N. 1-73 — de autoria do deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Convenção Batista Paranaense, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 7-73 — de autoria do deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Edwignes Vitoslaswski, ex-professora do Município de Almirante Tamandaré. PROJETO DE LEI N. 10-73 — de autoria do deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade de Cambira. PROJETO DE LEI N. 14-73 — de autoria do deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ex-Expedicionário Teodoro Antunes. PROJETO DE LEI N. 23-73 — de autoria do deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública o Instituto Filadélfia de Londrina. PROJETO DE LEI N. 25-73 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 15-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para alienar bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mal let. PROJETO DE LEI N. 21-73 — de autoria do deputado Nelson Buffara, que declara de utilidade pública a Associação Centro de Movimento Social de Bateias, Município de Campo Largo. PROJETO DE LEI N. 42-73 — de autoria do deputado Quielise C. da Silva, que declara de utilidade pública o Centro Social Santa Terezinha, com sede na cidade de Ampere. PROJETO DE LEI N. 70-73 — de autoria do deputado Olavo Ferreira e outros, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Walter Perecchi Barcellos — Emenda da Comissão de Redação. PROJETO DE LEI N. 80-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 46-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar em 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) mensais, os vencimentos dos cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e do Procurador Geral do Estado. PROJETO DE LEI N. 83-73 — de autoria do deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação do Bem Estar do Tuberculoso, com sede em Londrina. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 101-73, que aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de Abreugrafia na unidade sanitária daquele Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 35-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 103-73, que aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para a realização de serviço médico integrado. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LELIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 116-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, com sede no Distrito de Santa Tereza. Município de Cascavel.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 172-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Musicoterapia do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 207-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que, partindo de Realiza, passa pelo Município de Capitão Leônidas Marques

e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, numa extensão de 90 km aproximadamente.

Art. Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 1-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica declarada de utilidade pública a Convenção Batista Paranaense, com sede em Curitiba — Paraná.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 7-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a senhora Edwignes Vitoslaswski, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 10-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 14-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes.

Art. 2.o. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 27-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica declarado de utilidade pública o Instituto Filadélfia de Londrina, com sede em Londrina.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 31-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica declarada de utilidade pública a Associação CMS — Centro de Movimento Social de Bateias, com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 25-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante concorrência pública e preenchimento de todas as formalidades legais, os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes de Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

Art. 2.o. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 42-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o Centro Social Santa Teresinha, com sede na cidade de Ampere, neste Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 70-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Walter Perachi Barcellos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 80-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Os vencimentos mensais dos cargos em comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado ficam fixados em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 83-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação do Bem Estar do Tuberculoso — ABET, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado em todos os seus termos, o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município de Lapa, para instalação de um aparelho de abreuografia na Unidade Sanitária deste Município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 35-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado em todos os seus termos o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de um serviço médico integrado.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-6-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores